

MRS Logística S.A.

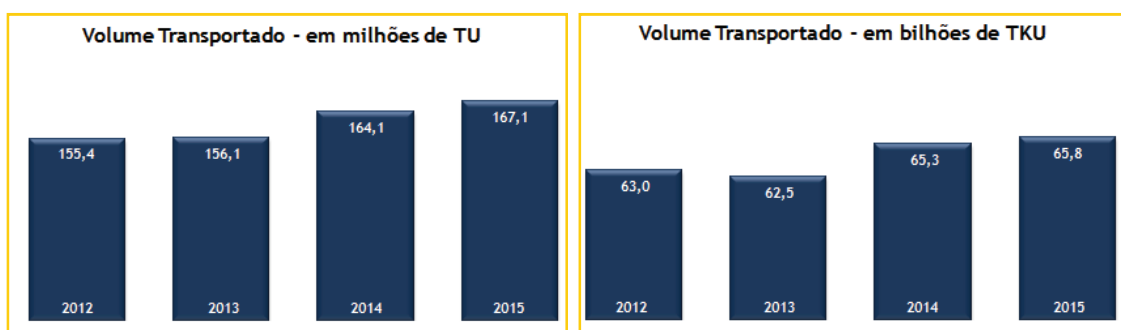
Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

1. A COMPANHIA

Destaques Financeiros e Operacionais	2012	2013	2014	2015	2015 x 2014
Volume Transportado (TU milhões)	155,4	156,1	164,1	167,1	1,8%
Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)	3.266,7	3.323,3	3.380,8	3.502,6	3,6%
Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)	2.989,8	3.038,1	3.063,1	3.172,7	3,6%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	1.117,1	1.217,5	1.213,4	1.216,1	0,2%
Margem EBITDA (%)	37,4%	40,1%	39,6%	38,3%	-1,3pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	440,1	469,4	378,8	295,8	-21,9%
Dívida Bruta (R\$ milhões)	2.612,4	2.856,2	2.963,4	3.382,1	14,1%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.280,9	2.385,1	2.696,5	2.710,6	0,5%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	2,04x	1,96x	2,22x	2,23x	0,01x

¹ EBITDA acumulado 12 meses.

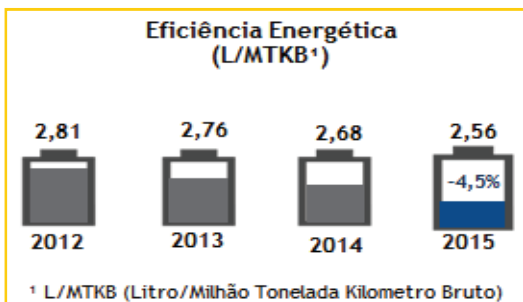
A MRS concluiu o ano de 2015 com mais um recorde de produção. Foram 167,1 milhões de toneladas transportadas, volume 1,8% superior ao transportado em 2014. Em 2015, a MRS atingiu também outras marcas importantes em sua produção, incluindo recorde de volume trimestral e mensal, com 44,4 milhões de toneladas no 4º trimestre de 2015 e 15,7 milhões de toneladas transportadas em outubro, respectivamente.



Dessa forma, apesar do cenário de retração econômica, com muitos setores estagnados ou encolhendo, a estratégia da Companhia de investir em segurança operacional, ganhos de capacidade, eficiência operacional e em inovação mostrou o diferencial da MRS frente às mais adversas situações.

Relatório da administração

Exercício de 2015



Os resultados desses investimentos ficam evidentes quando observamos, por exemplo, o indicador de eficiência energética, que mede o consumo de combustível das locomotivas. Em 2015 este indicador atingiu sua melhor marca histórica, com 2,56 L/MTKB (Litro/Milhão Tonelada Kilômetro Bruto), uma redução de 4,5% em relação a 2014, quando registrou 2,68 L/MTKB, gerando uma importante economia em 2015.

O *transit time* de 2015, indicador que representa o tempo (em horas) entre a origem e o destino do fluxo de transporte de minério de ferro destinado à exportação, foi 8,1% inferior ao de 2014. Isto se deve, em grande medida, à maior utilização da frota moderna de locomotivas, além da completa utilização do CBTC (*Communication Based Train Control*) no carrossel do minério de ferro.



Em 2015 tivemos a conclusão da implantação do sistema CBTC em todo o trecho de transporte de minério de ferro, garantindo mais fluidez no tráfego de trens pelo carrossel do minério sem abrir mão da segurança. Com isso, a MRS se firma como a única ferrovia de carga no mundo que opera com o sistema líder internacional em segurança e confiança para as operações ferroviárias. Mais informações sobre os avanços no uso do CBTC podem ser verificadas na seção “5 – Projetos Tecnológicos” deste Relatório Anual.

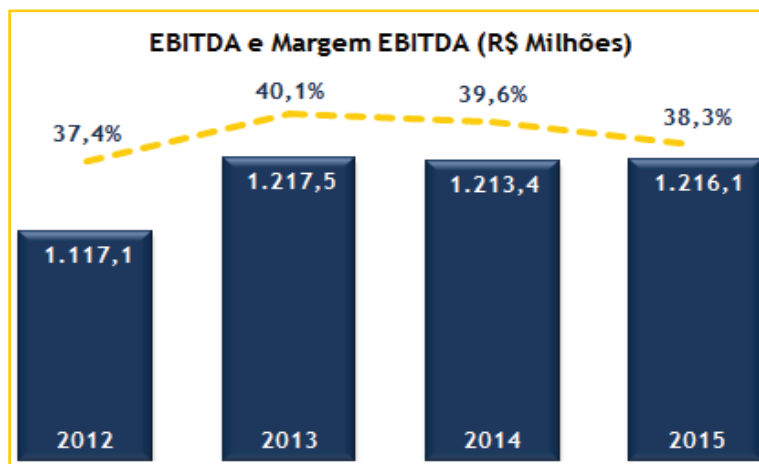
Ainda em 2015, também foram finalizadas as obras de ampliação da capacidade de utilização dos Pátios de Brisamar e Mário Castilho.

Aspectos Financeiros

No âmbito financeiro, associada ao recorde histórico de volume transportado em 2015 e ao aumento da tarifa média, a Receita Líquida alcançou R\$ 3.172,7 milhões.



O EBITDA de 2015 ficou ligeiramente acima do de 2014, com R\$1.216,1 milhões, impactado negativamente pelo aumento das provisões, sobretudo com processos tributários, que foram em boa parte compensadas com a maior Receita Líquida do período, incluindo a receita proveniente dos mecanismos de proteção contratual. Para maiores informações sobre o EBITDA consulte o item “3 – Aspectos Econômico-Financeiros” deste Relatório Anual.



Metas Regulatórias

A meta de acidentes contratada junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT foi cumprida, ficando 16,4% abaixo do que havia sido definido para 2015 (8,19 acidentes/milhão.trem.km versus a meta de 10,00). Este resultado deve-se, principalmente, aos investimentos realizados na segurança da operação e ao trabalho contínuo das campanhas desenvolvidas pela MRS de prevenção e conscientização da população para reduzir a quantidade e gravidade dos acidentes ferroviários.

A MRS possui, junto ao órgão regulador, uma meta de produção para 84 trechos. Para cumprir a meta, a MRS precisa atingir os valores pactuados com a ANTT em, pelo menos, 90% dos 84 trechos. Os valores medidos em cada trecho são acompanhados e averiguados pela ANTT e os dados referentes a 2015 ainda estão em fase de apuração.

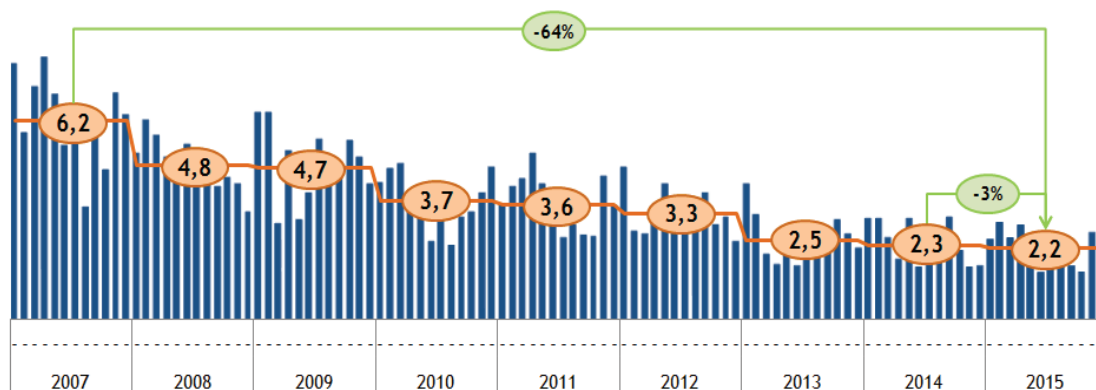
Segurança

Observando a taxa de ocorrências ferroviárias, devidamente ponderada pelo volume transportado, observa-se uma redução de 3,0% em relação a 2014, conforme mostra o gráfico abaixo, reforçando o compromisso que vem trazendo resultados perenes não só para a MRS, mas também para as comunidades lindeiras e para nossos clientes.

Evolução Histórica das Ocorrências Ferroviárias

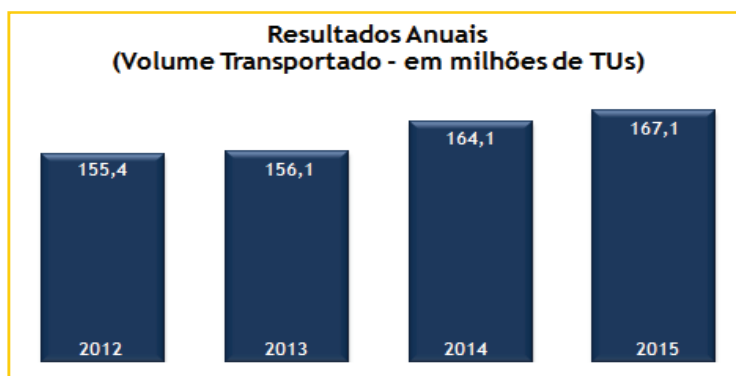
Taxa de Acidentes (Nº de ocorrências/Bilhão de TKB)

■ Taxa por mês — Taxa anual

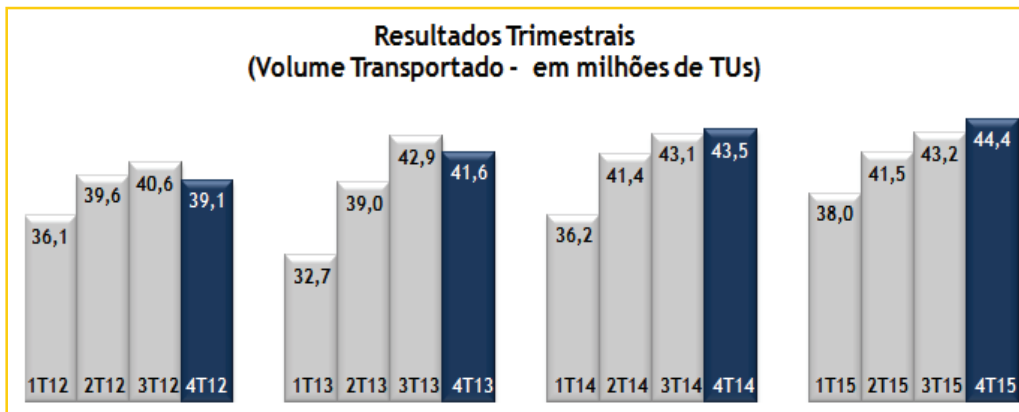


2. RESULTADOS COMERCIAIS

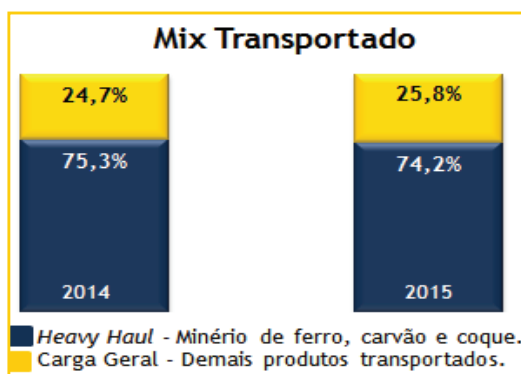
Em 2015 a MRS transportou 167,1 milhões de toneladas, crescimento de 1,8% em relação ao ano de 2014 que representa mais um recorde anual de volume total transportado para a Companhia. A marca atingida merece destaque, principalmente, considerando o atual cenário econômico brasileiro.



Além do recorde anual de transporte, todos os trimestres em 2015 foram, historicamente, os melhores em volume transportado, com destaque para o 4º trimestre de 2015 onde a Companhia registrou 44,4 milhões de toneladas, o maior volume para um trimestre, com aumento de 2,2% na comparação com o 4º trimestre de 2014.



Ainda sobre os bons resultados obtidos pela MRS, o mês de outubro de 2015 registrou 15,7 milhões de toneladas transportadas e estabeleceu um novo recorde mensal de volume transportado na história da Companhia.



No ano de 2015, o transporte de produtos do grupo *heavy haul*, formado por minério de ferro, carvão e coque, correspondeu a 74,2% do volume transportado, somando 124,0 milhões de toneladas, permanecendo em linha com o registrado em 2014.

Volume Transportado TU Milhares	2015	2014	2015 x 2014
Heavy Haul	124.038	123.641	0,3%
Minério de Ferro	121.496	120.721	0,6%
Exportação	102.481	101.945	0,5%
Mercado Interno	19.015	18.776	1,3%
Carvão e Coque	2.542	2.920	-12,9%
Carga Geral	43.036	40.502	6,3%
Produtos Siderúrgicos	5.166	5.324	-3,0%
Produtos Agrícolas	27.000	23.579	14,5%
Outros	10.869	11.599	-6,3%
Total	167.074	164.143	1,8%

O segmento de Carga Geral, por sua vez, com crescimento de 6,3% em relação ao ano de 2014, foi responsável por 43,0 milhões de toneladas, melhor marca registrada neste segmento.

Volume Transportado TU Milhares	4T15	3T15	4T15 x 3T15	4T14	4T15 x 4T14
Heavy Haul	32.916	31.507	4,5%	32.861	0,2%
Minério de Ferro	32.307	30.839	4,8%	32.160	0,5%
Exportação	27.423	25.957	5,6%	27.599	-0,6%
Mercado Interno	4.884	4.882	0,0%	4.561	7,1%
Carvão e Coque	609	668	-8,9%	701	-13,2%
Carga Geral	11.507	11.653	-1,3%	10.599	8,6%
Produtos Siderúrgicos	1.110	1.212	-8,4%	1.393	-20,3%
Produtos Agrícolas	7.826	7.669	2,1%	6.323	23,8%
Outros	2.571	2.772	-7,3%	2.883	-10,8%
Total	44.423	43.160	2,9%	43.460	2,2%

HEAVY HAUL

Minério de Ferro – Exportação

O volume transportado de Minério de Ferro destinado à exportação em 2015 configurou-se como mais um resultado recorde para a Companhia, sendo transportadas 102,5 milhões de toneladas, representando incremento de 0,5% em relação ao ano anterior.



Relatório da administração

Exercício de 2015

Deste volume, apenas no 4º trimestre de 2015, a MRS transportou 27,4 milhões de toneladas do produto, correspondendo a um crescimento de 5,6% na comparação com o 3º trimestre de 2015 e registrando uma leve queda de 0,6% quando comparado ao 4º trimestre de 2014.

Minério de Ferro, Carvão e Coque – Mercado Interno

No 4º trimestre de 2015, o transporte de produtos do grupo *heavy haul* para consumo interno foi de 5,5 milhões de toneladas, crescimento de 4,4% quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Apesar da queda de 12,9% no volume transportado de carvão e coque para consumo interno em 2015, reflexo da retração observada na siderurgia nacional que faz uso dos produtos em seu processo produtivo, o transporte de minério de ferro para o mercado doméstico registrou aumento de 1,3%, somando 19,0 milhões de toneladas no mesmo período. A melhora no desempenho do transporte de minério de ferro para o mercado interno, apesar da retração no setor siderúrgico, é explicada pelo aumento da demanda deste fluxo de transporte por um importante cliente da Companhia.

CARGA GERAL

Produtos Siderúrgicos

O volume de transporte dos produtos do setor siderúrgico totalizou 5,2 milhões de toneladas em 2015, uma queda de 3,0% na comparação com o resultado obtido em 2014. Essa retração reflete o baixo desempenho dos segmentos automobilísticos e de construção civil, principais consumidores do produto siderúrgico no Brasil.

Na comparação entre o 4º trimestre de 2015 e 3º trimestre de 2015 a redução foi de 8,4%, mostrando o agravamento do momento enfrentado pelo setor nos últimos meses.

Produtos Agrícolas

Durante o ano de 2015 a MRS, incluindo ferrovias que utilizam o direito de passagem, transportou 27,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas (açúcar, milho, soja e farelo de soja). O crescimento em relação ao ano anterior foi de 14,5% e representa mais um recorde.

Destaque para o transporte de açúcar que, em 2015, com cerca de 9,0 milhões de toneladas transportadas, registrou um incremento de 8,9% em relação ao ano anterior.

O transporte de milho foi outra modalidade que também obteve destaque, beneficiado pela safra recorde do ano, superando em 34,5% o patamar de 2014, atingindo 8,9 milhões de toneladas transportadas.

Nas comparações com o 3º trimestre de 2015 e 4º trimestre de 2014, o segmento agrícola cresceu, respectivamente, 2,1% e 23,8%, explicado, em boa medida, pela sazonalidade de cada *commodity*.

Outros

A MRS transportou no ano de 2015 um total de 10,9 milhões de toneladas nos demais produtos de carga geral, que em função da desfavorável situação econômica nacional, apresentou uma queda de 6,3% no volume de transporte em relação ao ano de 2014.

Os destaques positivos em 2015, nos demais produtos do grupo de carga geral, foram os volumes realizados de contêiner e de bauxita, produto utilizado como insumo na produção do alumínio.

Em 2015, o crescimento dos fluxos de transporte de contêiner foi de 26,7% em relação a 2014, comprovando o fortalecimento do modal ferroviário na solução logística para os clientes deste segmento. O modelo operacional adotado permitiu o aumento da carteira de clientes atendidos, alcançando um volume total de 1,5 milhões de toneladas transportadas.

Após período de retração da demanda de bauxita em 2014, o transporte do produto ao longo de 2015 avançou 20,5% em relação ao passado, totalizando volume superior as 850 mil toneladas transportadas.

3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Trimestral	4T15	3T15	4T15 x 3T15	4T14	4T15 x 4T14
Receita Bruta (R\$ milhões)	974,1	885,7	10,0%	927,6	5,0%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	21,9	20,5	6,8%	21,3	2,8%
Receita Líquida (R\$ milhões)	885,4	801,7	10,4%	846,6	4,6%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	19,9	18,6	7,0%	19,5	2,1%
EBITDA (R\$ milhões)	308,1	303,9	1,4%	399,2	-22,8%
Margem EBITDA (%)	34,8%	37,9%	-3,1pp	47,2%	-12,4pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	92,1	56,5	63,0%	132,9	-30,7%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	2,23x	2,05x	8,8%	2,22x	0,5%

Anual	2015	2014	2015 x 2014
Receita Bruta (R\$ milhões)	3.502,6	3.380,8	3,6%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	21,0	20,6	1,9%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.172,7	3.063,1	3,6%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	19,0	18,7	1,6%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	1.216,1	1.213,4	0,2%
Margem EBITDA (%)	38,3%	39,6%	-1,3pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	295,8	378,8	-21,9%
Dívida Líquida/EBITDA ¹ (x)	2,23x	2,22x	0,5%

¹ EBITDA acumulado 12 meses.

Faturamento

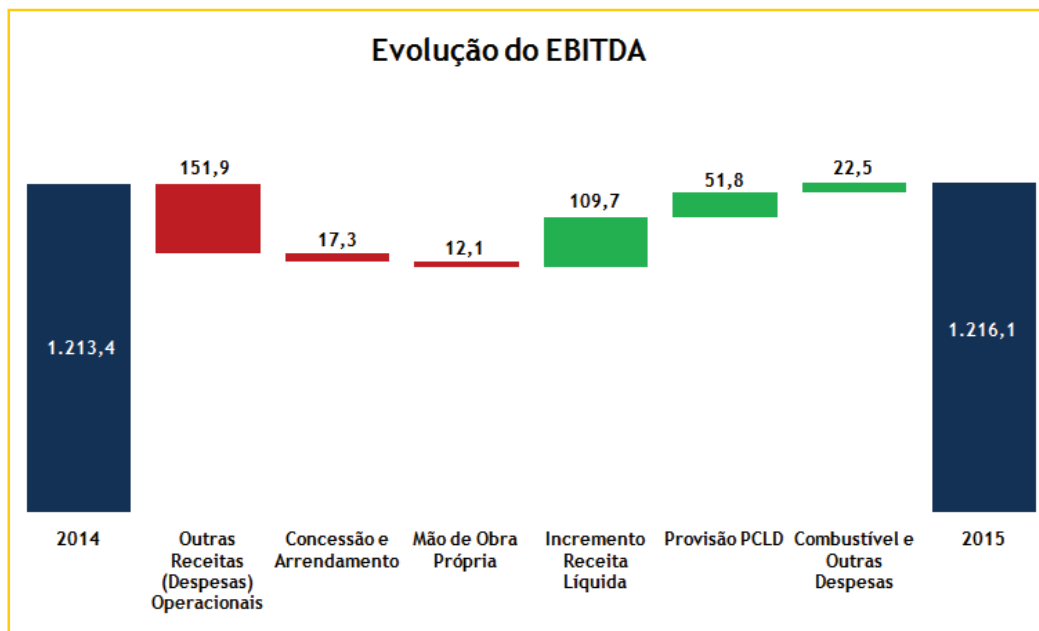
Em 2015 a MRS obteve sua maior receita líquida, totalizando R\$3.172,7 milhões, 3,6% acima de 2014. Isso ocorreu em função, principalmente, do recorde histórico anual de volume transportado alcançado em 2015.

Do mix de carga transportada, houve crescimento de 6,3% no volume de Carga Geral enquanto o *Heavy Haul* contou com aumento de 0,3% no volume transportado.

A receita líquida do 4º trimestre de 2015 também foi a maior para um trimestre, acumulando R\$885,4 milhões, 4,6% superior ao mesmo período de 2014 e 10,4% acima da registrada no 3º trimestre de 2015. Além da contabilização do acionamento das cláusulas contratuais de proteção (“gatilho do diesel” e “*block rate*”) que ocorre tipicamente no quarto trimestre, o aumento de receita líquida refletiu o recorde trimestral de volume transportado.

EBITDA e Lucro Líquido

O EBITDA acumulado no ano totalizou R\$1.216,1 milhões, ficando levemente acima do registrado em 2014, enquanto a Margem EBITDA reduziu 1,3 p.p. para 38,3%.



Os fatores mais relevantes no resultado do EBITDA de 2015 foram:

- I. **Outras receitas (despesas) operacionais:** do total de (R\$ 151,9 milhões), cerca de (R\$108,4 milhões) deve-se às constituições das provisões relacionadas aos processos tributários envolvendo créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e ao processo de habilitação do Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária) aplicado na compra de locomotivas.
- II. **Concessão e Arrendamento:** os (R\$17,3 milhões) ilustrados no gráfico acima representam o reajuste anual das parcelas de Concessão e de Arrendamento pagas ao Governo Federal. O índice aplicado no reajuste é o IGP-DI.
- III. **Mão de Obra:** Em 2015 a MRS firmou, através de acordo coletivo, pagamento de abono salarial aos seus colaboradores, sendo este o principal componente dos (R\$12,1 milhões) acima reportados.
- IV. **Receita Líquida:** na contribuição de R\$109,7 milhões na Receita Líquida, além dos incrementos gerados pelo aumento de volume transportado, temos a contabilização dos mecanismos de proteção contratual, denominados “*block rates*” e “*gatilho do diesel*”.
- V. **Provisão PCLD:** o incremento de R\$51,8 milhões refere-se ao valor provisionado como crédito de liquidação duvidosa no exercício social de 2014, conforme mencionado no Relatório Anual do referido ano. Em 2015, não tivemos o efeito negativo desta provisão. Vale ressaltar que em 02 de outubro de 2015 a Companhia publicou Fato Relevante informando que foi homologado, por tribunal arbitral, acordo referente ao litígio da Companhia com a MMX Sudeste Mineração S.A. – em recuperação judicial, e com a MMX Mineração e Metálicos S.A. O referido será habilitado na recuperação judicial da MMX Sudeste, sendo que, até o momento, não é possível estimar o montante do crédito que será efetivamente realizado.

Relatório da administração

Exercício de 2015

- VI. **Combustível e Outras Despesas:** A redução verificada em 2015, de R\$22,5 milhões, deve-se, em sua maior proporção, às iniciativas de contenção de custos e demais despesas adotadas pela Companhia, em especial, na redução do consumo de materiais (de via permanente, eletroeletrônica e outros), que somada à melhoria na eficiência energética, já mencionada neste Relatório Anual, mais do que compensaram os aumentos das demais linhas, mesmo em um cenário de forte pressão inflacionária e de crescimento do volume transportado.

Conciliação do EBITDA	4T15	3T15	4T14	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	92,1	56,5	132,9	295,8	378,8
(+) Tributos sobre o Lucro	47,2	31,5	68,7	155,9	196,9
(+) Depreciação e Amortização	133,3	130,6	123,4	515,4	447,5
(+) Resultado Financeiro Líquido	35,5	85,3	74,2	249,0	190,2
(-) EBITDA (R\$ milhões)	308,1	303,9	399,2	1.216,1	1.213,4

O Lucro Líquido de 2015 foi de R\$295,8 milhões, 21,9% abaixo do registrado em 2014 devido à piora do Resultado Financeiro Líquido, impactado negativamente pelos seguintes fatores: i) aumento expressivo do IPCA, índice que remunera os juros da 7ª Emissão de Debêntures da Companhia e que encerrou 2015 em 10,67%; ii) apreciação de 47,0% do dólar americano frente ao real, que impactou parcela reduzida da dívida que estava sem *hedge* no início do ano; e iii) efeito negativo na marcação a mercado em 2015 dos derivativos de proteção cambial (“*swaps*”), reflexo da volatilidade das curvas de mercado, sobretudo nas curvas de cupom cambial.

Endividamento

A Dívida Líquida de 2015 manteve-se estável em relação a 2014, totalizando R\$2.710,6 milhões, assim como o indicador de Dívida Líquida/EBITDA que encerrou o ano em 2,23x, em linha com o verificado em 2014 de 2,22x.

Em R\$ Milhões	4T15	3T15	4T15 x 3T15	4T14	4T15 x 4T14
Dívida Bruta (R\$ milhões) ¹	3.382,1	3.426,5	-1,3%	2.963,4	14,1%
Dívida Bruta em R\$ (milhões)	2.920,5	2.943,1	-0,8%	2.510,1	16,3%
Dívida Bruta em US\$ (milhões) ²	461,6	483,5	-4,5%	453,3	1,8%
Caixa (R\$ milhões) ³	671,5	741,9	-9,5%	266,9	151,6%
Dívida Líquida (R\$ milhões)	2.710,6	2.684,6	1,0%	2.696,5	0,5%
EBITDA (R\$ milhões) ⁴	1.216,1	1.307,2	-7,0%	1.213,4	0,2%
Dívida Líquida/EBITDA (x) ⁴	2,23x	2,05x	8,8%	2,22x	0,5%

¹ A diferença em relação à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos (Balanço) corresponde aos Custos de Transação.

² Incorpora o valor justo dos instrumentos derivativos.

³ Inclui Caixa Restrito.

⁴ EBITDA acumulados nos últimos 12 meses.

Nas captações realizadas ao longo de 2015, merecem destaque a 7ª Emissão de Debêntures no valor R\$555,0 milhões, enquadrada na Lei 12.431/11 e, portanto, concedendo benefício fiscal de

Relatório da administração

Exercício de 2015

isenção de imposto de renda para os investidores que a adquiriram, bem como o repasse de R\$254,0 milhões advindos de linhas de financiamento contratadas junto ao BNDES para financiamento de obras civis e aquisição de material rodante.

Além disso, cabe destacar que no 3º trimestre de 2015 fizemos o resgate total das debêntures originárias da 4ª emissão, no valor total de R\$ 165,6 milhões, que tinha como único debenturista o FI-FGTS. Esta operação foi realizada no âmbito de planejamento financeiro, não tendo ocorrido quaisquer eventos que levassem ao vencimento antecipado da dívida, conforme esclarecido ao mercado através de Comunicado divulgado no dia 04 de setembro de 2015.

Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa - R\$ Milhões	2015	2014
Caixa no início do período	221,1	429,0
Lucro líquido	295,8	378,8
Depreciação e amortização	515,4	447,5
Variação monetária, cambial e encargos financeiros	340,9	233,0
Baixa valor residual imobilizado e investimento	11,3	39,9
Imposto de renda e contribuição social diferido	32,7	47,4
Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa	-	51,8
Provisão/reversão para perdas de ativos	25,8	(20,7)
Outros	145,1	39,8
Lucro líquido base caixa	1.367,1	1.217,4
Variações nos ativos e passivos	(207,1)	(209,9)
Contas a receber e partes relacionadas	(2,5)	(55,4)
Estoques	(4,1)	11,2
Impostos a recuperar	(38,7)	77,2
Fornecedores	69,2	9,8
Obrigações fiscais	13,6	(36,6)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3,1)	3,8
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(209,9)	(194,7)
Outros	(31,5)	(25,2)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.160,0	1.007,5
Imobilizado	(851,7)	(1.048,5)
Intangível	(10,1)	(11,9)
Atividades de Investimento	(861,7)	(1.060,4)
Captação de empréstimos e financiamentos	254,0	387,3
Captação de Debêntures	555,0	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(327,0)	(319,4)
Pagamento de debêntures	(193,7)	-
Dividendos pagos	(179,9)	(222,9)
Atividades de Financiamento	108,3	(155,0)
Caixa no Final do Período	627,7	221,2
Geração de Caixa	406,6	(207,9)

Relatório da administração

Exercício de 2015

O saldo de caixa em dezembro de 2015 atingiu o valor de R\$627,7 milhões, com uma geração de caixa de R\$406,6 milhões explicada pelos seguintes fatores:

- I. Em 2015 houve redução na aquisição de ativos e projetos de investimento, que demanda uma menor necessidade de caixa.
- II. Captação de R\$555,0 milhões, por meio da 7ª emissão de debêntures, em março de 2015, mais do que compensou a liquidação antecipada da 4ª emissão de debêntures em setembro de 2015.

4. PROJETOS E INVESTIMENTOS

Abaixo são detalhados os grandes grupos de investimentos realizados em 2015:

Investimentos 2015	R\$ Milhões
Material Rodante (Locomotiva e Vagão) ¹	347,1
Via Permanente ²	322,2
Sistemas de eletroeletrônica	88,3
Programa SMS ³	22,7
Equipamentos de Via ⁴	10,6
Oficinas	2,3
Diversos	43,4
Total	836,6

¹ Aquisição, confiabilidade e modernização do material rodante.

² Expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização da via permanente.

³ Investimentos em Saúde, Meio Ambiente e Segurança.

⁴ Modernização dos equipamentos de via.

Em 2015, a MRS investiu R\$ 836,6 milhões, tendo como foco os investimentos voltados à manutenção do negócio e ao aumento da eficiência da operação. São eles:

- **Material rodante:** com os objetivos de reduzir os custos de manutenção, o consumo de combustível e de aumentar a confiabilidade dos ativos, foram adquiridas seis locomotivas modelo GE AC44, que substituirão modelos antigos menos eficientes. Também foram adquiridos 584 vagões GDU para transporte de minério de ferro e 16 vagões FLT para transporte de cimento ensacado e paletizado.
- **Equipamentos de via permanente:** em 2015 focamos na modernização dos equipamentos de via permanente, a fim de aumentar os índices de confiabilidade e a produtividade dos mesmos.
- **Expansões de trechos de via permanente e pátios:** com a intenção de proporcionar melhorias operacionais e aumentar o volume transportado, tanto de *Heavy Haul* quanto de Carga Geral, foram concluídos os seguintes projetos: (i) ampliações de

linhas ferroviárias nos pátios de Brisamar e de Mário Castilho; (ii) superestrutura do terminal da Embraport; e (iii) reconhecimento financeiro da obra de duplicação do trecho entre Perequê (Cubatão-SP) e Valongo (Santos-SP), incluindo a sinalização deste trecho e a construção de ponte sobre o Rio Casqueiro, com o objetivo de viabilizar o crescimento dos volumes ferroviários na Margem Direita do Porto de Santos.

- **Modernização de ativos:** a MRS investiu na revitalização de locomotivas, de vagões e da malha ferroviária. Tais intervenções proporcionam aumento nos níveis de confiabilidade e, conseqüentemente, de disponibilidade dos ativos, permitindo assim maior eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- **Confiabilidade de infraestrutura:** a fim de mitigar os riscos associados à confiabilidade da malha, a MRS atuou de forma preventiva em pontos previamente identificados. Em 2015, foram executadas 41 obras de contenção, além da revitalização de 2 túneis, totalizando R\$58,8 milhões investidos.

5. PROJETOS TECNOLÓGICOS

Seguimos com a implantação o CBTC (*Communication Based Train Control*), sistema inovador no Brasil e no mundo, que proporcionará maior capacidade de transporte e maior segurança no tráfego ferroviário através de um sistema de automatização que permite, por exemplo, a frenagem à distância em casos de emergência ou falha humana.

Em 2015 foram obtidos os seguintes resultados com o CBTC:

- Expansão do sistema CBTC nos trechos de Pombal a Barra e de Barra a Guaíba, passando a abranger todo o carrossel de transporte de minério de ferro, uma ação importante que garante ainda mais segurança aos colaboradores e à carga dos clientes. Fomos a primeira ferrovia no mundo a ter o CBTC completamente instalado em mais de 575 Km. Entre os ganhos com segurança operacional, o sistema CBTC possibilita a redução de até 90% no nível de ruído da comunicação estática por voz, devido à implantação do rádio digital, e de até 80% da cobertura por rádios dos pontos de sombra (túneis e trechos entre montanhas), além do aumento de cerca de 20% na confiabilidade de sistemas de sinalização e controle. O sistema viabiliza também a operação remota em situações de emergência, através do CCO de contingência, eliminando ocorrências como os avanços de sinais.
- Sinalização da expansão do retopátio de Mário Castilho.
- Continuidade das instalações do sistema de bordo em locomotivas e veículos auxiliares, garantindo a recepção e o envio de informações para o CCO.
- Remodelação das subestações de energia da Linha do Centro e Pombal-Guaíba.

6. RECURSOS HUMANOS E QUALIDADE

Os esforços contínuos para construção de melhorias no ambiente de trabalho têm proporcionado bons resultados no quesito “Favorabilidade de Clima”¹, que atingiu a marca de 75% em 2015.



A MRS, ao final de 2015, contou com a colaboração de 5.997 empregados, sendo 88% ligados à operação de transporte ou manutenção de ativos. Desse efetivo, 55% estavam lotados no estado de Minas Gerais, 22% no estado do Rio de Janeiro e 23% no estado de São Paulo. A idade média do efetivo é de 36 anos e a participação feminina tem sido crescente. Entre 2010 e 2015 aumentamos em 77% o número de mulheres contratadas, que representam, atualmente, 9,8% do efetivo da Companhia, maior índice já alcançado. Durante o ano foram realizadas 658 promoções, o que representa uma taxa de crescimento de 72%, reforçando a política de valorização de nossos colaboradores.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Relacionamento com Comunidades Lindeiras

A principal interface entre as comunidades e a MRS é realizada a partir da atuação dos Comitês Regionais, que promovem diálogos com lideranças e moradores visando soluções para mitigar os impactos da operação ferroviária.

Além da atuação permanente dos Comitês Regionais, o processo de relacionamento com comunidades conta também com a realização anual dos eventos denominados “Espaço Aberto: MRS e Comunidade”. Nestes eventos a Companhia apresenta para as principais lideranças da comunidade um conjunto de ações e investimentos realizados com o objetivo de reduzir os impactos da operação ferroviária e melhorar a convivência com a ferrovia. Em 2015 foram realizados 4 eventos reunindo, aproximadamente, 150 lideranças comunitárias.

¹ A Pesquisa de Clima é realizada com todos os colaboradores, que respondem a 64 perguntas sobre os temas: Identidade, Liderança, Satisfação / Motivação e Aprendizagem/Desenvolvimento.

Ações para Prevenção de Acidentes

Em 2015, a MRS deu continuidade às ações comunitárias para promover a sensibilização da população sobre os acidentes ferroviários. Foram realizadas diversas ações em instituições de ensino, onde mais de 11 mil crianças e adolescentes foram envolvidos. Também foram executadas ações específicas para adultos atingindo, aproximadamente, 5 mil lideranças das comunidades e moradores vizinhos à ferrovia.

Projetos Sociais, Culturais e Esportivos

Por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e em parceria com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, a MRS apoiou 18 projetos sociais em 15 municípios no entorno da ferrovia, além de um projeto por intermédio do Fundo do Idoso. A empresa também patrocinou dez projetos culturais e um projeto esportivo, através da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo ao Esporte. O investimento sociocultural e esportivo total ultrapassou o montante de R\$ 3,0 milhões.

8. SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Segurança Operacional

Os indicadores de segurança operacional da MRS têm evoluído significativamente nos últimos anos. A taxa de ocorrências ferroviárias (quantidade de ocorrências ponderada pela tonelada bruta transportada) reduziu 3,0% em relação a 2014, passando de 2,3 ocorrências por bilhão de TKB (tonelada/kilômetro bruto) para 2,2. Essa redução alcança 64% ao compararmos o resultado atual com o ano de 2007. Este número inclui ocorrências com participação direta da MRS (relacionados a falhas na operação e manutenção), além de ocorrências em terminais de clientes, outras ferrovias e envolvendo comunidades (atropelamentos e abalroamentos).

Em 2015 foram promovidas diversas ações com o objetivo de fortalecer a segurança das operações, com destaque para:

- **Mapeamento de Atividades Críticas:** Programa de identificação e monitoramento de fatores de risco associados à operação ferroviária, o qual já foi implantado na Diretoria de Engenharia e Manutenção e Diretoria de Operações, gerando mais de 300 ações preventivas para acompanhamento.
- **Programa de Observação de Tarefas:** Programa de auditorias comportamentais, com foco educativo e baseado em diálogos que permitem a gestão comportamental em segurança e o alinhamento entre a cultura, a estratégia e as metas na busca da segurança sustentável. É aplicado em toda equipe operacional, em especial aos colaboradores da Diretoria de Engenharia e Manutenção e Diretoria de Operações (cerca de 4 mil pessoas). Tem como objetivo garantir os quatro pilares na prevenção de acidentes, que são: Abrangência (envolvimento de toda a equipe nas auditorias); Pessoas (identificar e auditar as pessoas que necessitam de atenção especial); Constância (garantir que as auditorias sejam distribuídas ao longo do mês); e Desvios (antecipação de problemas - garantir *feedback* e correção de comportamento/desvios dos colaboradores).



- **Força Tarefa:** Programa de auditorias cruzadas, sem aviso prévio, para verificar itens de segurança operacional e pessoal. É realizado por uma equipe de auditoria multidisciplinar com competência para auditar os processos operacionais e de manutenção, verificando *in loco* o cumprimento dos procedimentos estabelecidos. Tem como objetivo apontar desvios operacionais preventivamente, com foco educativo, e comparar os resultados com o desempenho no Programa de Observação de Tarefas. Em 2015 foram realizados 6 Força Tarefa.
- **Programa de Segurança em Terminais (PST):** Consiste na programação de auditorias operacionais e de inspeções de via permanente assim como no planejamento de ações para melhoria das condições de segurança dos terminais de clientes onde a MRS tem operação. Em 2015, foram realizadas 762 inspeções em 110 terminais e 637 auditorias de operação em 123 terminais.
- **Operação Limpa Trilho:** Equipes de vigilantes motociclistas dão cobertura aos trens em trechos críticos, eliminando eventuais riscos de atropelamento e abalroamento.
- **Redução de interferências na comunidade:** Para buscar a melhoria na interface entre a população e a ferrovia, foi realizado no ano de 2015 investimentos de aproximadamente R\$13,3 milhões na construção de passarelas e de um viaduto rodoviário.
- **Câmeras em PNs:** Com o propósito de monitorar o fluxo de veículos e registrar imagens da imprudência de pedestres e motoristas, o projeto de câmeras em PNs foi expandido e hoje conta com 7 câmeras instaladas em 3 municípios críticos ao longo da via férrea. As imagens gravadas são utilizadas no processo de investigação de atropelamentos e abalroamentos, além de serem divulgadas na mídia como forma de conscientização da comunidade.

Segurança do Trabalho

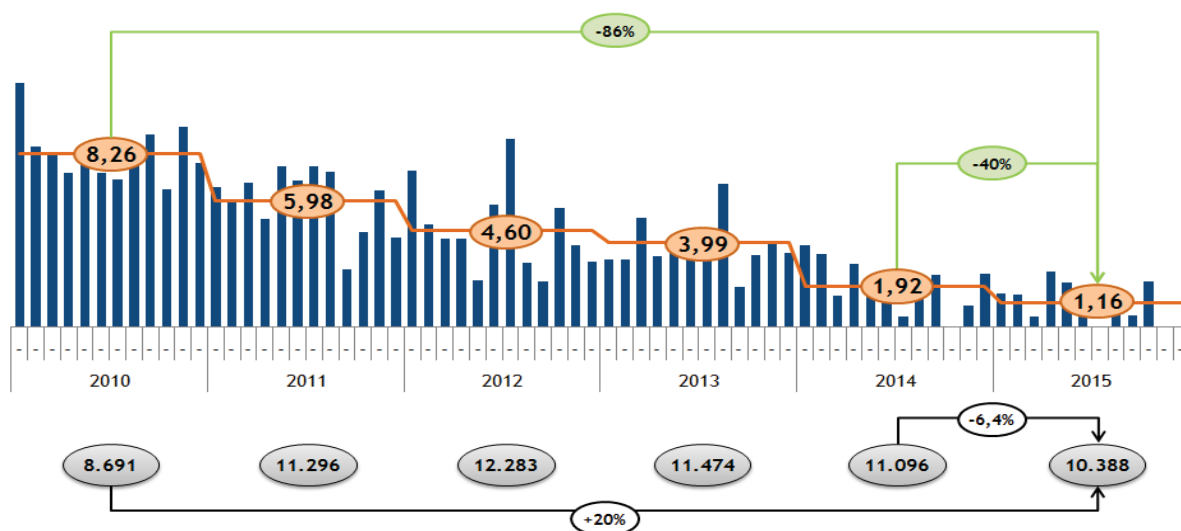
Nos últimos anos a MRS vem apresentando contínua evolução nos indicadores de segurança do trabalho.

Nesse sentido, em 2015 foram realizadas grandes obras, como a construção do viaduto Padre Arnould, reforma de túneis (3 meses de obra e 130 pessoas envolvidas), substituição de pontes (4 meses de obra e 25 pessoas envolvidas) e recuperação de área degradada. A MRS assim manteve marca de zero acidentes pessoais com fatalidade (típicos e trajeto) nestas atividades.

Evolução Histórica dos Acidentes de Trabalho CAF e SAF - MRS e Contratadas

Taxa de Frequência de Acidentes

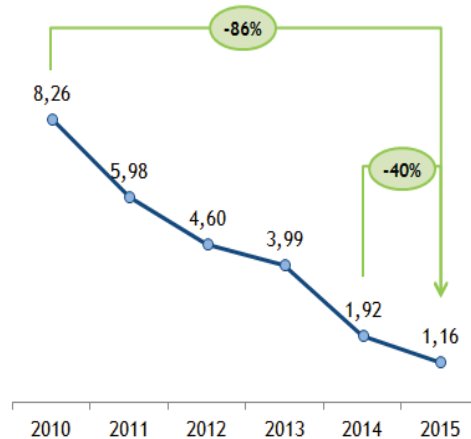
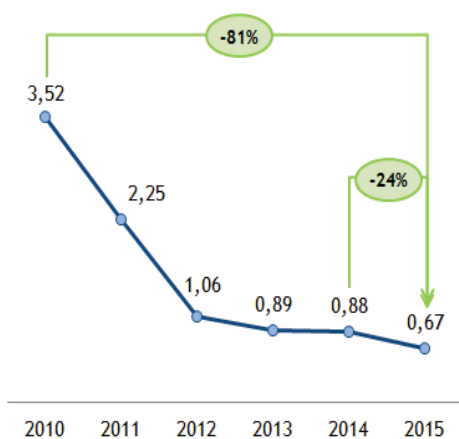
■ Taxa por mês — Taxa anual ● Headcount médio



A taxa de frequência de acidentes próprios e terceiros, com e sem afastamento, apresentou redução de 40% em relação a 2014 e 86% ao comparar o resultado com o ano de 2010, mesmo com o aumento de 20% de headcount no mesmo período.

Taxa de Acidentes Pessoais CAF - MRS e Contratadas

Taxa de Acidentes Pessoais CAF+SAF - MRS e Contratadas



Fazendo a análise somente dos acidentes com afastamento, considerando colaboradores próprios e terceiros, a redução também foi expressiva. A taxa de 2015 fechou em 0,67, 24% inferior a de 2014 e 81% menor em relação a 2010.

Diversas ações foram implantadas ao longo do ano para o alcance desses resultados, dentre as quais se destacam:

- **DDS prático:** O técnico/responsável simula uma determinada atividade e apresenta os riscos aos colaboradores. As dúvidas são esclarecidas no momento da apresentação, o que torna a comunicação mais clara e objetiva. Dentre os 2.740 DDS realizados ao longo do ano, 167 foram na modalidade DDS prático.
- **Inspecções Planejadas:** São programas de auditorias realizadas com o objetivo de avaliar os ambientes de trabalho e os documentos pertinentes aos processos de segurança, que se desdobram em ações de melhoria e proporcionam condições adequadas de trabalho, em conformidade com os requisitos legais. Nestas inspecções são verificadas também as condições de Meio Ambiente. Em 2015, foram realizadas mais de 2.000 inspecções.
- **Reuniões Mensais com Contratadas:** O objetivo é apresentar os indicadores, os resultados das auditorias, das investigações dos acidentes e das boas práticas das empresas que prestam serviços para a MRS. Em 2015, foi obtido um percentual de conformidade de 98,4% nos contratos auditados. Este trabalho se refletiu em um excelente desempenho das empresas contratadas, que apresentaram redução de 74% dos acidentes, passando de 23 acidentes em 2014 para apenas 6 em 2015.
- **Blitz de segurança:** São realizadas com o intuito de verificar as condições físicas, máquinas e equipamentos, treinamentos e habilitações dos colaboradores. Em 2015, foram realizadas 59 Blitz.
- **Coaching de Segurança:** Visando um maior preparo dos auditores do Programa de Observação de Tarefas, foram realizados 77 *Coaching's* onde o principal objetivo era avaliar a postura do auditor durante a fiscalização e o *feedback* ao auditado.

Saúde Ocupacional

Em 2015 foram executados na MRS diversos programas orientados para a saúde dos colaboradores e seus dependentes, quais sejam:

- **Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas - PPAD:** O programa visa garantir um ambiente de trabalho seguro, baseado na promoção da saúde dos colaboradores MRS, além de conscientizar os mesmos sobre o efeito do uso indevido de álcool e outras drogas.
- **Campanhas de Qualidade de Vida:** Na MRS os colaboradores recebem diversos incentivos a práticas que contribuem para uma melhor qualidade de vida e participam de diferentes ações voltadas para o cuidado com a saúde. Estas campanhas somaram 27 ações e temas trabalhados durante 2015, como Outubro Rosa, Novembro Azul, Dezembro Vermelho (HIV) e DDSs especiais com os temas: Dengue, DST's, Tabagismo entre outros assuntos abordados.
- **PCA - Programa de Conservação Auditiva:** Em 2015 este programa contou com a participação de aproximadamente 4.500 colaboradores. O objetivo é realizar ações para prevenir danos ao sistema auditivo, acompanhando mensalmente os colaboradores com testes audiométricos e encaminhando os que apresentem alterações auditivas para especialistas.



Relatório da administração

Exercício de 2015

- **Campanha de Vacinação de Colaboradores e Dependentes - H1N1:** A campanha em 2015 promoveu a vacinação de 5.100 pessoas (3.847 colaboradores MRS e 1.253 dependentes).
- **Campanha de vacinação - HPV:** A MRS proporcionou a imunização contra os principais agentes do HPV, abrangendo as colaboradoras na faixa etária entre 18 a 26 anos.

Meio Ambiente

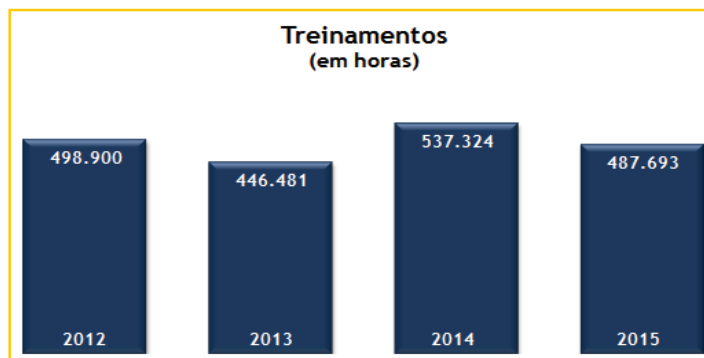
Em 2015 a MRS continuou o seu compromisso de conduzir suas atividades assegurando o cumprimento da legislação, das normas aplicáveis e dos demais requisitos subscritos de modo a preservar o meio ambiente, cumprindo integralmente todos os programas relativos às condicionantes da sua licença de operação, LO 988/2010, e às licenças de operação das oficinas. Atendendo de forma completa os requisitos legais aplicáveis às suas atividades, em 2015 foram apresentados aos órgãos ambientais diversos estudos com o objetivo de subsidiar as análises e a emissão de licenças, conforme as necessidades das nossas operações, incluindo obras de contenção e manutenção em áreas de preservação permanente. Todos esses estudos foram aprovados e licenciados pelos órgãos competentes.

Durante todo o ano de 2015 a MRS manteve o foco na produção mais limpa, atuando, principalmente, com o objetivo de diminuir a geração de resíduos classe I, perigosos, resultando em expressiva redução na geração desses resíduos em relação ao ano anterior. Cabe considerar que todos os resíduos gerados são controlados desde a sua geração até a destinação final ambientalmente correta, passando por todo o processo de segregação, coleta, separação, armazenamento temporário e transporte.

Ao longo de 2015, foram plantadas 30.000 mudas de árvores no Parque Estadual da Serra da Concórdia. Essa área foi definida em parceria com o IBAMA e com INEA e contribuiu ainda mais para consolidar a sustentabilidade da operação da MRS. Neste ano a MRS também se uniu ao apelo mundial para redução do consumo de água e fechou o ano com uma redução de mais de 32,5 milhões de litros de água em seus processos, contribuindo assim para esta causa tão importante a todos.

9. DESENVOLVIMENTO DE RH

Os resultados das atividades de treinamento e desenvolvimento em 2015 denotam os significativos investimentos em formação, qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos colaboradores da MRS. Neste ano o índice atingiu o patamar de 64 horas de treinamento por colaborador, totalizando 487.693 horas de treinamento.



Os principais programas ocorridos em 2015 foram os seguintes:

- Em parceria com o Senai, pelo programa de formação de mão de obra para operação de trens, formaram-se em 2015, 134 operadores/manobradores ferroviários.
- Em 2015, 20 colaboradores se formaram no curso de Especialização em Transporte Ferroviário de Carga, desenvolvido em parceria com o Instituto Militar de Engenharia.
- Reestruturação do Programa de Certificação da MRS, com foco em segurança pessoal e operacional, envolvendo 2.200 colaboradores mapeados em 15 cargos/atividades críticas das Diretorias de Operação e Manutenção.
- Reestruturação do Programa de Estágio que, em 2015, passou a envolver o desenvolvimento de um projeto aplicativo pelo estagiário na área em que ele estiver alocado. Além disso, o Programa de Estágio tornou-se a principal porta de entrada para o Programa de Trainees da Companhia.
- Os Programas de Incentivo à Educação auxiliaram na formação e aperfeiçoamento de mais de 300 colaboradores que ao longo de 2015 se formaram ou deram continuidade a seus estudos em graduação, pós-graduação, ensino técnico e cursos de idiomas.
- Visando a formação de mão de obra, cerca de 600 alunos foram qualificados em cursos de Aprendizagem Industrial e Qualificação, através de uma parceria governamental com os programas Pronatec e Educamais.

10. ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Tendo em vista o agravamento da crise econômica que atinge o Brasil e o mercado mundial de minério de ferro, principal produto transportado pela empresa, a estratégia da MRS é manter o curso já traçado em 2015, buscando aumento da competitividade através da otimização de custos, aumento da produtividade dos ativos e melhoria contínua nos seus processos, permanecendo como uma opção de transporte eficiente e segura para os seus clientes.

O ciclo de investimentos nos últimos anos permitiu a obtenção de ganhos significativos em eficiência energética (4,5% melhor que no ano passado) e redução dos custos/investimentos em manutenção corrente de via e material rodante. Além disso, expansões de pátios de apoio nas



Relatório da administração

Exercício de 2015

áreas de carga e descarga do circuito do minério possibilitam o aprimoramento da operação, reduzindo o ciclo de transporte e, por consequência, custos.

No segmento de transporte de carga geral, num cenário em que as empresas estão pensando fora da caixa e procurando soluções logísticas mais econômicas, o objetivo é seguir com a conquista de novos mercados, já iniciada em 2015 com o avanço no transporte de contêineres. Apesar de as perspectivas para 2016 serem desafiadoras para os setores de construção civil e siderúrgico, a MRS permanecerá como parceira importante nestes setores.

A MRS continua, acima de tudo, com o seu compromisso com a segurança. O ano de 2015 foi de excelentes resultados e a empresa permanece dando foco no tema. Após um forte ciclo de investimentos nos últimos 5 anos, a MRS reduzirá o patamar para 2016, mantendo, porém, investimentos na sustentabilidade da empresa, como manutenção de via e material rodante e na confiabilidade da infra-estrutura da malha (cortes, aterros, pontes e viadutos), seguindo, assim, como uma ferrovia de classe mundial.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

No exercício de 2015 a *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias anuais e revisões trimestrais.

Além dos serviços de auditoria, a *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes foi contratada, em dezembro de 2014, pelo prazo de 6 meses, para elaboração e emissão de carta de “conforto” relacionada à proposta para a 7ª Emissão de Debêntures da MRS, dentro do processo de “*due diligence*”. Os honorários relacionados ao serviço prestado foram de R\$345,0 mil. O contrato encerrou em junho de 2015. Tais serviços não afetaram a independência dos auditores, pois foram relacionados ao exame das demonstrações financeiras e informações trimestrais de exercícios e períodos auditados pelos mesmos.

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, a Companhia informa que não há outros serviços prestados por esta auditoria a não ser os mencionados acima.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
MRS Logística S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



MRS Logística S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRS Logística S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

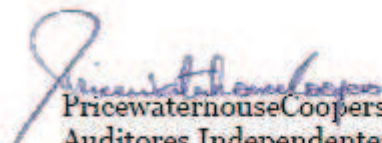
Chamamos a atenção para a Nota 32 às demonstrações financeiras, que descreve que em 17 de fevereiro de 2016 a Companhia teve o seu risco corporativo (*rating*) rebaixado. Essa situação acarretou o acionamento de cláusulas de vencimento antecipado da 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures. A administração da MRS convocou Assembleia Geral de Debenturistas para o mês de Abril de 2016 para aprovar o não vencimento antecipado das referidas debêntures. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC RJ048568/O-7

MRS Logística S.A.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	627.625	221.085
Caixa restrito	6	43.850	45.821
Contas a receber de clientes	7	23.246	13.262
Contas a receber com partes relacionadas	8	199.709	213.047
Outras contas a receber	9	3.222	5.016
Estoques	10	101.356	94.960
Tributos a recuperar	11	91.582	70.406
Despesas antecipadas	12	15.419	13.801
Instrumentos financeiros derivativos	19	136.577	5
Outros ativos circulantes	13	6.854	13.994
Total do ativo circulante		<u>1.249.440</u>	<u>691.397</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber	9	47.627	38.961
Tributos a recuperar	11	83.252	87.170
Despesas antecipadas	12	156.532	154.903
Instrumentos financeiros derivativos	19	133.056	115.846
Outros ativos não circulantes	13	63.024	50.443
Imobilizado	14	6.146.957	5.815.729
Intangível	15	43.080	49.449
Total do ativo não circulante		<u>6.673.528</u>	<u>6.312.501</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>7.922.968</u></u>	<u><u>7.003.898</u></u>

(continua)

MRS Logística S.A.



Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2015	2014
CIRCULANTE			
Fornecedores		229.294	181.927
Obrigações sociais e trabalhistas	16	148.802	151.908
Obrigações fiscais	17	65.228	51.630
Empréstimos e financiamentos	18	876.843	419.720
Passivos com partes relacionadas	8	18.966	4.680
Dividendos a pagar	8 e 20	70.398	90.113
Concessão e arrendamento a pagar	21	61.785	56.861
Adiantamento de cliente		2.797	4.757
Provisões	23	23.488	24.383
Outras obrigações		7.328	587
Total do passivo circulante		<u>1.504.929</u>	<u>986.566</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Fornecedores		21.828	-
Empréstimos e financiamentos	18	2.762.352	2.652.809
Concessão e arrendamento a pagar	21	68.709	68.887
Adiantamento de Clientes		360	25.752
Tributos diferidos	22.b	324.141	291.747
Provisões	23	252.730	126.233
Outras obrigações		3.795	4.174
Total do exigível a longo prazo		<u>3.433.915</u>	<u>3.169.602</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>4.938.844</u>	<u>4.156.168</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.a	1.392.974	1.275.558
Destinação de reserva para aumento de capital	32	94.782	117.416
Reservas de lucros		1.487.756	1.446.947
Reserva legal	24.c	225.345	210.555
Reserva para investimentos	24.d e 32	1.262.411	1.182.419
Dividendo adicional proposto	24.e	-	53.973
Ajustes de avaliação patrimonial	24.f	8.612	7.809
Total do patrimônio líquido		<u>2.984.124</u>	<u>2.847.730</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.922.968</u>	<u>7.003.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	26	3.172.744	3.063.061
Custo dos serviços prestados	27	(2.095.614)	(2.014.374)
LUCRO BRUTO		<u>1.077.130</u>	<u>1.048.687</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	27	(10.322)	(61.971)
Despesas gerais e administrativas	27	(205.947)	(212.533)
Outras receitas operacionais	28	150.916	215.428
Outras despesas operacionais	28	(311.049)	(223.660)
LUCRO OPERACIONAL		700.728	765.951
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	29	461.631	217.655
Despesas financeiras	29	(710.621)	(407.949)
		<u>(248.990)</u>	<u>(190.294)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		451.738	575.657
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	22.a	(123.208)	(149.484)
Diferido	22.a	(32.732)	(47.412)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>295.798</u>	<u>378.761</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - MILHARES	24.a	<u>340.000</u>	<u>340.000</u>
LUCRO POR MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$		<u>869,99</u>	<u>1.114,00</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	25	0,83	1,07
PREFERENCIAL	25	0,92	1,17
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
ORDINÁRIA	25	0,83	1,07
PREFERENCIAL	25	0,92	1,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRS Logística S.A.



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2015	2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		295.798	378.761
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	24.f	464	2.318
Efeito tributário	24.f	339	(788)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>296.601</u>	<u>380.291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		295.798	378.761
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	27	515.408	447.457
Varição monetária/cambial e encargos financeiros ativos e passivos		340.893	233.009
Amortização adiantamento concessão e arrendamento	12 e 15	9.261	9.261
Imposto de renda diferido	22.a	32.732	47.412
Valor residual do imobilizado baixado	14	11.329	39.864
Provisões	23	125.602	25.416
Amortização despesa antecipada	12	8.690	5.110
Provisão para perda de ativos	10, 11 e 14	25.841	(20.741)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	-	51.793
Outros		999	369
		1.070.755	838.950
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	7 e 9	(15.830)	20.696
Créditos com partes relacionadas	8	13.338	(76.416)
Estoques	10	(4.076)	11.230
Impostos a recuperar	11	(38.718)	77.169
Despesas antecipadas	12	(20.754)	(10.714)
Outros ativos		232	(12.627)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Concessão e arrendamento a pagar	21	4.746	(1.204)
Fornecedores		69.195	9.831
Débitos com partes relacionadas	8	14.286	(6.219)
Obrigações fiscais	17	106.078	115.691
Obrigações sociais e trabalhistas	16	(3.106)	3.814
Provisões	24.f	464	(2.318)
Pagamento IRPJ/ CSLL	17	(92.480)	(152.315)
Pagamento juros sobre empréstimos e financiamentos		(209.932)	(194.749)
Demais contas a pagar		(30.047)	7.839
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.159.949	1.007.419

(continua)

MRS Logística S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota explicativa	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições do imobilizado	14	(851.663)	(1.048.475)
Adições de intangível	15	(10.085)	(11.938)
Caixa líquido atividades de investimento		<u>(861.748)</u>	<u>(1.060.413)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos		254.004	387.320
Pagamento empréstimos e financiamentos		(327.049)	(319.352)
Debêntures		555.003	-
Pagamento de debêntures		(193.746)	-
Dividendos pagos		(179.873)	(222.934)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		<u>108.339</u>	<u>(154.966)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		<u>406.540</u>	<u>(207.960)</u>
Caixa e equivalentes			
Saldo inicial		221.085	429.045
Saldo final		627.625	221.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MRS Logística S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Destinação para aumento do capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção para investimentos	Dividendos propostos			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013									
		1.202.336	73.222	191.617	1.083.941	111.487	1.387.045	-	2.668.882
Aumento de capital - RCA de 21/03/2014									
	24.a	73.222	(73.222)	-	-	-	-	-	-
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital									
	24.a	-	117.416	-	(117.416)	-	(117.416)	-	-
Dividendos extraordinários									
	24.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos									
	24.a	-	-	-	(111.487)	-	(111.487)	-	(111.487)
Lucro líquido do exercício									
	24.c	-	-	-	-	-	-	378.761	378.761
Destinação do resultado									
	24.c	-	-	18.938	-	-	18.938	(18.938)	-
	24.c	-	-	-	-	53.973	53.973	(143.929)	(89.956)
	24.d	-	-	-	215.894	-	215.894	(215.894)	-
	24.f	-	-	-	-	-	-	1.530	1.530
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014									
		1.275.558	117.416	210.555	1.182.419	53.973	1.446.947	-	2.847.730
Aumento de capital - RCA de 18/03/2015									
	24.a	117.416	(117.416)	-	-	-	-	-	-
Proposta da diretoria para destinação de reserva para aumento de capital									
	32	-	94.782	-	(94.782)	-	(94.782)	-	-
Dividendos propostos - AGO de 28/04/2015									
	24.d	-	-	-	(53.973)	-	(53.973)	-	(53.973)
Dividendos extraordinários - AGE de 15/12/2015									
	24.d	-	-	-	(35.982)	-	(35.982)	-	(35.982)
Lucro líquido do exercício									
	24.c	-	-	-	-	-	-	295.798	295.798
Destinação do resultado									
	24.c	-	-	14.790	-	-	14.790	(14.790)	-
	24.c	-	-	-	-	-	-	(70.252)	(70.252)
	24.d	-	-	-	210.756	-	210.756	(210.756)	-
	24.f	-	-	-	-	-	-	803	803
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015									
		1.392.974	94.782	225.345	1.262.411	-	1.487.756	-	2.984.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2015	2014
RECEITAS			
Vendas de serviços de frete	26	3.502.606	3.380.835
Outras receitas		148.154	232.046
Receitas de construção de ativos próprios		101.919	122.323
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa		-	(51.793)
		<u>3.752.679</u>	<u>3.683.411</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos		(1.172.971)	(1.206.287)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(95.264)	(95.121)
Outros		(251.908)	(164.231)
		<u>(1.520.143)</u>	<u>(1.465.639)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>2.232.536</u>	<u>2.217.772</u>
RETENÇÕES			
Depreciação, amortização e exaustão	27	<u>(515.408)</u>	<u>(447.457)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>1.717.128</u>	<u>1.770.315</u>
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	29	<u>461.631</u>	<u>217.655</u>
VALOR ADICIONADO (RECEBIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u>2.178.759</u>	<u>1.987.970</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (RECEBIDO)			
Pessoal e encargos		527.697	520.541
Impostos, taxas e contribuições		628.371	661.834
Remuneração de capitais de terceiros		726.893	426.834
Remuneração de capitais próprios		295.798	378.761
Dividendos	20, 24.e	70.252	143.929
Lucros retidos		225.546	234.832
		<u>2.178.759</u>	<u>1.987.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Informações gerais

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2015, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2015, refere-se a vencimentos de dívida concentrados no final de 2016. Entende, ainda, que este cenário será revertido ao longo do ano mediante a renegociação antecipada de tais vencimentos ou por meio de novas captações de recursos de longo prazo via instituições financeiras ou mercado de capitais local.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2016.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) estão mensurados ao valor justo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua "a moeda funcional". Desta forma, as demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.



2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem contas a receber, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, além dos ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

2.5.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Contas a receber de clientes e Partes relacionadas, Outros recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Se em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*).

2.7 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e partes relacionadas no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.



2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente	8,33	12
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Locomotivas		
Locomotivas novas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Benfeitorias úteis em locomotivas e revisão geral em locomotivas	12,50	8
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Revisão geral em vagões	20,00	5
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Passivos financeiros

2.13.1 Classificação e mensuração inicial

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.13.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge accounting* definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.16 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo - participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

2.17 Arrendamentos mercantis

A Companhia não possui, atualmente, contratos com a natureza de arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18 Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

2.19 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.



2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A.s somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(a) Imposto de renda, contribuição social e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

O plano de previdência complementar é de contribuição definida o qual não requer premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

(e) Cálculo da depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas da vida útil econômica dos principais ativos da Companhia, a qual é revisada periodicamente.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas não é permitida no Brasil pelo CPC.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 - "*Leases*", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Ela entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- NBC TG 33 (R3) – “Benefícios a empregados”, essa norma altera o item 83 determinando que a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego (tanto custeadas quanto não custeadas) deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado, apurados na data a que se referem às demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Essa alteração aplica-se para os exercícios

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

iniciados em 1º de janeiro de 2016, sendo que tal alteração será contemplada nas premissas atuariais no laudo de 2016.

A seguinte resolução regulatória foi emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres.

- Resolução nº 4.540 - No dia 29 de dezembro de 2014 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária. Esta resolução tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2016. A Administração concluiu que não haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras resoluções regulatórias e normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	<u>2.127</u>	<u>25.837</u>
Aplicações financeiras no país		
CDB	59.872	53.493
Operações compromissadas	<u>565.626</u>	<u>141.755</u>
	<u>625.498</u>	<u>195.248</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.4	221.085

As aplicações financeiras estão aplicadas em títulos emitidos por bancos no Brasil. As aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 73 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são em CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 100,00% e 102,80%.

O aumento de R\$406.540 em caixa e equivalentes de caixa refere-se, basicamente, a 7ª emissão de debêntures realizada no 1º trimestre de 2015. A operação citada, bem como o cálculo do valor justo das aplicações financeiras, está descrito na Nota 18 e 19.

6. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada a parcela de curto prazo dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relativos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

ao Financiamento a Empreendimentos (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$43.850 (R\$45.821 em 2014), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

7. Contas a receber de clientes

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Clientes no país	(a)	75.039	65.055
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(b)	(51.793)	(51.793)
		<u>23.246</u>	<u>13.262</u>

(a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.

(b) Conforme foi publicado nas Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia provisionou a perda da totalidade do valor a receber da empresa MMX Sudeste Mineração S.A., referente ao faturamento de cargas de 2014 e *take or pay* de 2013. Em 2 de outubro de 2015 a Companhia publicou fato relevante informando que foi homologado, por tribunal arbitral, acordo referente ao litígio da Companhia com a MMX Sudeste Mineração S.A. – em recuperação judicial (“MMX Sudeste”) e com a MMX Mineração e Metálicos S.A (“MMX Metálicos”). O referido acordo será habilitado na recuperação judicial da MMX Sudeste sendo que, até o momento, não é possível estimar qual o montante do crédito que será efetivamente realizado. Solidariamente, o crédito poderá ser cobrado da MMX Metálicos, observadas as condições do acordo.

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas e manutenção em material rodante.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Ativo

	Contas a receber	
	2015	2014
Vale S.A.	90.882	69.193
Companhia Siderúrgica Nacional	27.185	38.302
Mineração Usiminas S.A.	31.908	81.701
Congonhas Minérios S.A.	16.701	-
Nacional Minérios S.A.	3.831	7.437
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	20.927	11.062
Gerdau S.A.	2.875	711
Gerdau Açominas S.A.	3.462	2.463
Gerdau Aços Longos S.A.	992	958
Ferrovias Centro Atlântica	946	673
Companhia Metalúrgica Prada	-	15
CSN Cimentos S.A.	-	339
Votorantim Metais Zinco S.A.	-	193
	199.709	213.047

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

	Passivo com partes relacionadas		Dividendos a pagar	
	2015	2014	2015	2014
Vale S.A.	14	2.069	7.342	9.401
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	23.617	30.241
Companhia Siderúrgica Nacional	18.024	-	13.263	24.504
Congonhas Minérios S.A.	-	-	5.873	-
Nacional Minérios S.A.	-	6	7.398	9.473
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	19	344	-	-
Gerdau S.A.	96	-	882	1.130
Usiminas Participações e Logística S.A.	-	-	7.495	9.597
Gerdau Aços Longos S.A.	599	442	-	-
Ferrovias Centro Atlântica	214	1.819	-	-
Outros	-	-	4.528	5.767
	18.966	4.680	70.398	90.113

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

	<u>Receita de serviços (a)</u>		<u>Outras receitas</u>		<u>Outras despesas</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015 (b)</u>	<u>2014</u>
Vale S.A.	1.607.675	1.479.022	271	-	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional	673.489	660.754	5.024	-	18.000	-
Mineração Usiminas S.A.	104.031	178.384	3	66.300	-	-
Congonhas Minérios S.A.	39.174	-	-	-	-	-
Nacional Minérios S.A.	98.814	171.371	1.672	-	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	117.858	98.920	195	6.272	-	-
Gerdau S.A.	4.065	6.766	597	1.091	-	-
Gerdau Açominas S.A.	81.203	85.285	198	154	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.	18.194	19.384	14.589	16.045	-	-
Ferrovias Centro Atlântica	31.725	21.792	-	-	6.517	15.285
VLI Multimodal	1.543	1.160	-	-	-	-
Companhia Metalúrgica Prada	247	259	-	-	-	-
CSN Cimentos S.A.	10.639	9.625	95	223	-	-
Confab Industrial S.A.	679	213	-	2	-	-
Votorantim Metais Zinco S.A.	1.468	4.996	7	46	-	-
	<u>2.790.804</u>	<u>2.737.931</u>	<u>22.651</u>	<u>90.133</u>	<u>24.517</u>	<u>15.285</u>

(a) Apresentada bruta de impostos.

(b) O valor de R\$18.000 refere-se a celebração de contrato entre a MRS e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mediante a qual a MRS indenizará a CSN pela troca do barril de virador de vagões danificado em acidente ocorrido em novembro de 2013.

Pessoal chave da administração

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Benefícios de curto prazo</u>		
Honorários e encargos	5.019	5.071
Bônus	5.405	5.612
Outros benefícios	101	139
<u>Benefícios pós emprego</u>		
Planos de previdência	218	206
<u>Outros benefícios de longo prazo</u>		
Incentivos de longo prazo	6.349	3.686
	<u>17.092</u>	<u>14.714</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

9. Outras contas a receber

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	42.724	35.374
Títulos precatórios	(b)	4.192	3.166
Demais contas a receber	(c)	<u>3.933</u>	<u>5.437</u>
		<u>50.849</u>	<u>43.977</u>
Circulante		3.222	5.016
Não Circulante		47.627	38.961

- (a) Os valores a receber de concessão e arrendamento contabilizados no não circulante correspondem ao registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento do período de outubro de 1997 a abril de 2001 (variação IGP-DI acumulada *versus* variação IGP-DI mensal). Confirmada em sede de recurso, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 08 de agosto de 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1254786/RJ. Em junho de 2014, foi proferida decisão favorável à MRS, por meio do qual o Juiz da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro determinou a compensação do valor incontroverso, no montante de R\$17.331, com a parcela do arrendamento e concessão que venceu em julho de 2014 (vide Nota 21 das Demonstrações Financeiras de 2014). O processo encontra-se em fase de liquidação da condenação da União, tendo sido publicada decisão em outubro de 2015, nomeando perito e intimando as partes a apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos. Em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia.
- (b) Refere-se ao saldo restante dos precatórios adquiridos pela Companhia em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ. O acréscimo de R\$1.026 é decorrente da atualização monetária destes títulos no valor de R\$1.465, deduzida da redução ao valor recuperável no valor de R\$1.795 (R\$1.356 em 2014).
- (c) Referem-se a valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, alugueis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário.

10. Estoques

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Materiais de manutenção	(a)	93.001	91.869
Materiais em processo de recuperação	(b)	5.973	5.746
Importações em andamento		411	2.100
Combustíveis		6.846	1.454
Outros		805	1.791
Provisão para perdas por obsolescência	(c)	<u>(5.680)</u>	<u>(8.000)</u>
		<u>101.356</u>	<u>94.960</u>

- (a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.
- (b) Referem-se aos materiais de manutenção que serão recuperados a fim de serem utilizados novamente nos ativos da Companhia.
- (c) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

ou de baixa rotatividade.

11. Tributos a recuperar

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(a)	86.527	75.981
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	(27.034)	(5.574)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	64.011	67.970
Imposto de renda retido na fonte	(c)	50.229	18.542
IRPJ/CSLL a compensar		511	395
Outros		590	262
		<u>174.834</u>	<u>157.576</u>
Circulante		91.582	70.406
Não circulante		83.252	87.170

(a) Referem-se principalmente aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis. Em 2015, a Companhia revisou a realização dos créditos decorrente de autuação mencionada na Nota 23.1 (c).

(b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo que se recuperam em 48 parcelas.

(c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos - *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

A composição dos créditos de ICMS nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	19.542	9.082
ICMS - SP	12.015	14.772
Total circulante	<u>31.557</u>	<u>23.854</u>

O saldo credor de R\$31.557 será totalmente utilizado no exercício de 2016.

12. Despesas antecipadas

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Adiantamento arrendamento	(a)	163.457	163.432
Outras despesas antecipadas	(b)	8.494	5.272
		<u>171.951</u>	<u>168.704</u>
Circulante		15.419	13.801
Não circulante		156.532	154.903

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2015 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817 (R\$8.817 em 2014). Os detalhes da operação estão descritos na Nota 21.
- (b) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros e demais obrigações pagas antecipadamente.

13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos judiciais	(a)	61.603	46.706
Adiantamentos a terceiros	(b)	6.853	13.994
Investimento audiovisual	(c)	1.422	2.468
Ativos mantidos para venda	(d)	-	1.269
		<u>69.878</u>	<u>64.437</u>
Circulante		6.854	13.994
Não circulante		63.024	50.443

- (a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 23.1.
- (b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.
- (c) Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93. Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.
- (d) Referem-se aos ativos sucateados na operação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2015						2014
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total	Total
Custo							
Em 1º de janeiro	3.013.554	2.387.168	2.017.122	537.615	537.232	8.492.691	7.502.221
Adições	-	-	-	851.663	-	851.663	1.048.492
Transferências / Reclassificações	431.861	164.523	279.844	(902.105)	25.877	-	-
Reversão (provisão) para perda	(16.875)	9.473	701	-	-	(6.701)	13.764
Baixas	(275)	(134)	(30.911)	(3.302)	(1.299)	(35.921)	(71.786)
Em 31 de dezembro	3.428.265	2.561.030	2.266.756	483.871	561.810	9.301.732	8.492.691
Depreciação							
Em 1º de janeiro	(898.584)	(903.501)	(656.515)	-	(218.362)	(2.676.962)	(2.283.969)
Adições	(215.840)	(122.384)	(115.125)	-	(49.056)	(502.405)	(424.915)
Baixas	4	1	23.502	-	1.085	24.592	31.922
Em 31 de dezembro	(1.114.420)	(1.025.884)	(748.138)	-	(266.333)	(3.154.775)	(2.676.962)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	2.313.845	1.535.146	1.518.618	483.871	295.477	6.146.957	5.815.729

A movimentação do imobilizado de 2014 encontra-se publicada na Nota 14 das demonstrações financeiras de 2014.

Reversão de provisão ou provisão para perda

O valor de R\$6.701 refere-se: (i) a provisão para perda de bens imóveis que estão em processo de doação; (ii) a reversão de provisão para perda dos ativos baixados nos processos de substituição e (iii) a transferência da provisão para passivo.

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2015 foi R\$280 (R\$12.392 em 2014). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 10,6% ao ano (8,6% no ano de 2014), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia. Esta redução deve-se à finalização de projetos capitalizáveis como implantação do sistema de controle de trens baseado em comunicação – CBTC (*Communication Based Train Control*), construção de 12 km de malha que consiste na segregação CPTM no trecho entre Manoel Feio e Suzano e outras obras de infraestrutura de via permanente.

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada periodicamente. Em dezembro de 2015, houve a necessidade de redução da vida útil dos componentes de via permanente e pátios, entre eles trilhos e dormentes, de 12 anos para 11 anos, conforme laudo técnico elaborado pelos engenheiros da Companhia. A vida útil econômica das locomotivas novas passam de 24 para 30 anos. Para os demais ativos não houve alteração de vida útil.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de 2015 estão demonstradas na Nota 2.10.

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2015				2014
	Adiantamento Concessão	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo					
Em 1º de janeiro	16.369	186.710	6.039	209.118	197.218
Adições	465	-	9.620	10.085	11.938
Transferências	-	10.172	(10.172)	-	(38)
Em 31 de dezembro	16.834	196.882	5.487	219.203	209.118
Amortização					
Em 1º de janeiro	(8.038)	(151.631)	-	(159.669)	(136.721)
Adições	(444)	(16.010)	-	(16.454)	(22.986)
Baixas	-	-	-	-	38
Em 31 de dezembro	(8.482)	(167.641)	-	(176.123)	(159.669)
Em 31 de dezembro	8.352	29.241	5.487	43.080	49.449

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PPR – Plano de Participação nos Resultados/Bônus	65.099	63.741
Provisão para férias e 13º salário	30.148	32.159
Salários a pagar	15.223	16.340
INSS	17.483	13.811
FGTS	5.355	5.557
IRRF a pagar	2.323	3.908
Outros	13.171	16.392
	<u>148.802</u>	<u>151.908</u>

17. Obrigações fiscais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda	30.240	22.862
Contribuição social	15.248	10.205
ICMS	2.775	3.662
COFINS	10.353	9.421
PIS	2.178	2.045
Outros	4.434	3.435
	<u>65.228</u>	<u>51.630</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Moeda nacional</u>			
BNDES:		1.633.498	1.651.514
FINEM	(a)	910.320	799.106
DULC	(b)	432.211	457.643
FINAME	(c)	290.967	394.765
BDMG	(d)	24.968	32.764
FINEP	(e)	8.635	11.873
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	19.	<u>34.932</u>	<u>39.322</u>
		<u>1.702.033</u>	<u>1.735.473</u>
Custos da transação		<u>(2.373)</u>	<u>(2.251)</u>
		<u>1.699.660</u>	<u>1.733.222</u>
<u>Moeda estrangeira</u>			
Banco de Tokyo	(f)	586.490	398.954
Ex-Im	(g)	109.809	97.699
Financiamento IFC	(h)	-	33.226
		<u>696.299</u>	<u>529.879</u>
Custos da transação		<u>(1.149)</u>	<u>(2.096)</u>
		<u>695.150</u>	<u>527.783</u>
<u>Debêntures</u>			
	(i)		
4 ^a Emissão		-	195.760
5 ^a Emissão		319.738	316.196
6 ^a Emissão		302.362	301.982
7 ^a Emissão		631.258	-
		<u>1.253.358</u>	<u>813.938</u>
Custos da transação		<u>(8.973)</u>	<u>(2.414)</u>
		<u>1.244.385</u>	<u>811.524</u>
<u>Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação</u>			
		<u>3.639.195</u>	<u>3.072.529</u>
Circulante		876.843	419.720
Não circulante		2.762.352	2.652.809

(a) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos e passagens

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- inferiores. Durante o ano de 2015 ocorreram novas captações que totalizam um montante de R\$192.920. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de 0,58% ao ano até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas. Durante o ano de 2015 ocorreram novas captações totalizando um montante de R\$61.084. O prazo final de amortização do contrato é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.
- (c) Os FINAME’s, financiamentos com recursos do BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 8,7% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização do contrato é 15 de janeiro de 2021. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.
- (d) O financiamento junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas tranches uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, com TIR de 13,4% ao ano, e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano, com TIR de 15,8% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de 2015 é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 24 de dezembro de 2018.
- (e) O empréstimo junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação foi financiar o projeto, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 15 de agosto de 2018.
- (f) O financiamento junto ao Banco de Tokyo possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,05% ao ano até 3,44% ao ano. Contratado e desembolsado, respectivamente, em dezembro de 2011 e setembro de 2013, esta operação em moeda estrangeira teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados, bem como liquidar antecipadamente, em setembro de 2013, uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para este contrato e o prazo final de amortização é 18 de março de 2019.
- (g) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(h) O financiamento junto ao IFC com saldo de R\$33.226 em 2014, foi liquidado antecipadamente em março de 2015.

(i) Debêntures:

• *4ª Emissão*

No dia 02 de setembro de 2015, a Companhia efetuou o resgate total da sua 4ª emissão de debêntures. A escolha pelo resgate total respeitou os termos da escritura pública e faz parte do seu processo natural de análise e planejamento financeiro, não tendo havido o descumprimento de qualquer uma das suas obrigações junto ao debenturista ou outros eventos que pudessem incorrer no vencimento antecipado das debêntures.

• *5ª Emissão*

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as condições contratuais da 5ª emissão permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. O prazo final de amortização do contrato é 18 de julho de 2018.

• *6ª Emissão*

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures com as mesmas características e condições da 5ª emissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as condições contratuais da 6ª emissão permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.

• *7ª Emissão*

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série da emissão vencerá em 7 anos e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão vencerá em 10 anos e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2017	2018	2019	Após 2019	Total
FINAME	92.255	58.053	35.844	2.335	188.487
DULC	97.286	97.286	54.726	86.599	335.897
FINEM	149.025	149.082	149.082	312.568	759.757
Debêntures	200.000	200.000	100.000	599.463	1.099.463
BDMG	7.306	7.306	-	-	14.612
FINEP	3.231	2.154	-	-	5.385
Banco de Tokyo	-	195.240	97.620	-	292.860
Ex-Im	33.778	33.778	8.445	-	76.001
	582.881	742.899	445.717	1.000.965	2.772.462

Em dezembro de 2015, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo		Longo prazo			Total	
	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total	CP + LP
DULC	126	165	132	126	388	811	937
FINEM	258	250	243	237	448	1.178	1.436
Debêntures	1.442	1.394	1.322	1.275	3.540	7.531	8.973
Ex-Im	559	373	191	26	-	590	1.149
	2.385	2.182	1.888	1.664	4.376	10.110	12.495

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2015	2014
DULC	61.084	163.990
(-) custos de captações	(673)	(575)
% custos/Valor captação	-1,10%	-0,35%
FINEM	192.920	231.205
(-) custos de captações	-	(198)
% custos/Valor captação	-	-0,09%
Debêntures 7 ^a emissão	555.003	-
(-) custos de captações	(8.614)	-
% custos/Valor captação	-1,55%	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Condições restritivas financeiras (covenants)

Em dezembro de 2015, o *covenant* dívida líquida/EBITDA dos financiamentos contratados junto ao BNDES foi alterado de 2,5 para 3,0 até 31 de dezembro de 2016. As condições restritivas dos outros contratos de empréstimos e financiamentos permanecem inalteradas em relação a 2014.

Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

		2015
Contratos	Indicadores	Índice padrão
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0
Banco Tokyo	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0
Debêntures 5 ^a emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida - dívida líquida / EBITDA	maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) menor ou igual a 3,0
Debêntures 6 ^a emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida - dívida líquida / EBITDA	maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) menor ou igual a 3,0
Debêntures 7 ^a emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida - dívida líquida / EBITDA	maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) menor ou igual a 3,0

19. Instrumentos financeiros
Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Caixa, Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	696.299	699.992	529.879	536.169
Total	696.299	699.992	529.879	536.169

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizados pela Companhia e sua respectiva classificação.

	2015			2014		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.834	619.791	627.625	-	221.085	221.085
Caixa restrito	-	43.850	43.850	-	45.821	45.821
Contas a receber	-	74.095	74.095	-	57.239	57.239
Partes relacionadas	-	199.709	199.709	-	213.047	213.047
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	269.633	-	269.633	115.851	-	115.851
Total	277.467	937.445	1.214.912	115.851	537.192	653.043

	2015			2014		
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
Fornecedores	-	229.294	229.294	-	181.927	181.927
Partes relacionadas	-	18.966	18.966	-	4.680	4.680
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	1.667.101	1.667.101	-	1.696.151	1.696.151
Empréstimos e financiamentos em USD	-	696.299	696.299	-	529.879	529.879
Debêntures	-	1.253.358	1.253.358	-	813.938	813.938
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	34.932	-	34.932	39.322	-	39.322
Total	34.932	3.865.018	3.899.950	39.322	3.226.575	3.265.897

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2015 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$234.701 (R\$76.529 em 2014), foram contabilizadas no resultado.

Tipo de contrato	Valor de referência (nocial)		Valor justo	
	2015	2014	2015	2014
Contratos de <i>swap</i>				
Posição ativa				
Dólar Fixo (dólar fixo para real CDI)	411.185	403.355	698.815	499.865
Posição passiva				
Real CDI (dólar fixo para real CDI)	411.185	403.355	(421.945)	(408.675)
Total dos contratos de <i>swap</i>			<u>276.870</u>	<u>91.190</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(42.169)	(14.661)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			<u>234.701</u>	<u>76.529</u>
Classificados				
No ativo circulante			136.577	5
No ativo não circulante			133.056	115.846
No passivo circulante (Nota 18)			<u>(34.932)</u>	<u>(39.322)</u>
			<u>234.701</u>	<u>76.529</u>

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante, compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Descrição	2015			2014		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa			Mar/16			Fev/15
Moeda estrangeira	411.185	698.815	Até	403.355	499.865	Até
Posição passiva			mar/19			mar/19
Taxas (pós)	411.185	421.945		403.355	408.675	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (USD)	Valor Justo dez/15 (R\$) Ativa	Valor Justo dez/15 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Banco do Brasil			28/dez/15	26/set/16	10.000	39.658	39.322	336
Votorantim	USD +	100%	25/jun/15	28/mar/16	7.500	29.882	25.038	4.844
HSBC	1,50%aa	até	24/set/15	27/jun/16	9.600	38.294	40.768	(2.474)
Banco de Tokyo	até	108%	15/dez/11	15/dez/16	75.000	297.484	141.671	155.813
Banco de Tokyo	3,93%aa	do CDI	18/set/13	15/mar/19	75.000	293.497	175.146	118.351
Total					177.100	698.815	421.945	276.870

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$42.169, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$234.701.

19.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$234.701 em 2015, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2015, não ocorreram transferências entre os níveis.

	2015		2014	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	269.633	2	115.851	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(34.932)	2	(39.322)	2
Caixa e equivalentes de caixa	627.625	2	221.085	2
Caixa restrito	43.850	2	45.821	2
Contas a receber	74.095	(*)	57.239	(*)
Partes relacionadas	199.709	(*)	213.047	(*)

(*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

19.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

19.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

19.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil e a TJLP em 31 de dezembro de 2015 e em 26 de dezembro de 2014.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2015, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 5% (5% em 31 de dezembro de 2014) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$74.700

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(R\$82.500 em 31 de dezembro de 2014), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

Em milhões de reais

	Base 2015	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	14,14%	15,10%	18,87%	22,65%
TJLP	7,00%	7,50%	9,38%	11,25%
IPCA	10,67%	6,87%	8,59%	10,31%
<u>Passivo</u>	2.360,2	2.572,2	2.634,8	2.697,4
Dívida em TJLP	663,0	672,5	684,4	696,4
Dívida em CDI	622,1	716,0	739,5	763,0
Dívida em IPCA	653,2	698,1	709,3	720,5
Ponta Passiva de <i>Swap</i> em CDI	421,9	485,6	501,6	517,5
<u>Ativo</u>	669,3	770,4	795,7	820,9
Aplicações	669,3	770,4	795,7	820,9
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.690,9	1.801,8	1.839,1	1.876,5

Em milhões de reais

	Base 2014	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	11,57%	12,38%	15,47%	18,56%
TJLP	5,50%	5,50%	6,88%	8,25%
IPCA	6,41%	6,53%	8,16%	9,80%
<u>Passivo</u>	2.012,3	2.207,3	2.256,0	2.304,7
Dívida em TJLP	763,0	804,9	815,4	825,9
Dívida em CDI	813,9	914,7	939,8	965,0
Dívida em IPCA	26,7	28,5	28,9	29,3
Ponta Passiva de <i>Swap</i> em CDI	408,7	459,2	471,9	484,5
<u>Ativo</u>	241,1	270,9	278,4	285,8
Aplicações	241,1	270,9	278,4	285,8
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.771,2	1.936,4	1.977,6	2.018,9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Valor contábil	
	2015	2014
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	-	-
Passivos financeiros	970.503	1.397.139
	970.503	1.397.139
Instrumentos de taxa pós fixada		
Ativos financeiros	671.475	266.906
Passivos financeiros	2.646.255	1.642.829
	3.317.730	1.909.735

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2015 com variação de 47,01% (13,39% em 2014).

	2015	2014
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	411	2.100
Adiantamento a fornecedores	82	6.771
Instrumentos financeiros de <i>swap</i>	698.815	499.865
	699.308	508.736
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(38.432)	(817)
Empréstimos e financiamentos	(696.299)	(529.879)
	(734.731)	(530.696)
Exposição líquida	(35.423)	(21.960)

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2015 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2015 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2015 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2015 e 2014, respectivamente.

Risco de apreciação do Dólar - 2015

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	52,8	187,9	375,8
Dívida em US\$	(52,6)	(187,2)	(374,5)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	0,2	0,7	1,3

Risco de apreciação do Dólar - 2014

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge - Ponta Ativa de Swap</i>	27,1	131,7	263,5
Dívida em US\$	(28,7)	(139,6)	(279,3)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(1,6)	(7,9)	(15,8)

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de <i>Swap</i> em Dólar	699	752	3,9048	4,20	5,25	6,30
Dívida em Dólar	(696)	(749)	3,9048	4,20	5,25	6,30

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

(c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	627.625	221.085
Caixa restrito	43.850	45.821
Contas a receber	74.095	57.239
Partes relacionadas	199.709	213.047
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	<u>269.633</u>	<u>115.851</u>
Total	<u>1.214.912</u>	<u>653.043</u>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(i) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 8), representando, em 31 de dezembro de 2015, 72,94% do contas a receber total (78,94% em 2014).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2015, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$627.625 (R\$221.085 em 2014), que estavam alocados em conta corrente ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

(d) Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme mostrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios. Diante desse fato, a Companhia entende que sua posição atual de caixa somada à geração operacional de caixa sejam suficientes para honrar seus compromissos no curto prazo, sendo certo ainda que a Companhia dispõe de limite de crédito disponível e adequado às suas necessidades junto aos principais bancos com os quais possui relacionamento.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2015	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	3.558.432	196.404	589.566	582.881	742.899	1.446.682
Passivos (Ativos) financeiros derivativos						
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	(234.701)	(1.401)	(132.702)	-	-	(100.598)
	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2014	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	3.014.650	174.777	182.238	700.864	1.656.362	300.409
Passivos (Ativos) financeiros derivativos						
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	(76.529)	1.417	(5)	(52.559)	(25.382)	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 18. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	2015	2014
Total do passivo	4.938.844	4.156.168
(-) Caixa e equivalente de caixa	627.625	221.085
(-) Caixa restrito	43.850	45.821
Dívida líquida	4.267.369	3.889.262
Total do patrimônio líquido	2.984.124	2.847.730
Relação da dívida sobre o capital	1,4300	1,3657

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

20. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	295.798	378.761
Apropriação para reserva legal	(14.790)	(18.938)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	<u>281.008</u>	<u>359.823</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	70.252	89.956
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	146	157
Total dos dividendos a pagar	<u>70.398</u>	<u>90.113</u>

21. Concessão e arrendamento a pagar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Concessão a pagar	6.525	6.287
Arrendamento a pagar	123.969	119.461
	<u>130.494</u>	<u>125.748</u>
Circulante	61.785	56.861
Não circulante	68.709	68.887

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento têm natureza executória e prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2015 restavam 43 parcelas trimestrais de R\$77.910, totalizando o montante de R\$3.350.130. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2015, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>2016</u>	<u>Em até 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Concessão	15.580	77.900	74.005	167.485
Arrendamento	296.060	1.480.300	1.406.285	3.182.645
	<u>311.640</u>	<u>1.558.200</u>	<u>1.480.290</u>	<u>3.350.130</u>

Em janeiro de 2016, a Companhia efetuou o pagamento da 74ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$77.910 (R\$74.015 e R\$3.895, respectivamente).

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	451.738	575.657
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	<u>153.591</u>	<u>195.723</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	2.349	1.173
Ajuste de estoque	(167)	1.960
Despesas com doações	352	531
Perda com investimento audiovisual	355	145
Despesa com projeto empresa cidadã	123	164
Bônus da diretoria executiva	1.736	2.022
Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Esporte e Audiovisual)	(5.166)	(6.100)
Ganho passivo atuarial plano de saúde	-	788
Outros	5.116	1.663
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	<u>155.940</u>	<u>196.896</u>
Corrente	123.208	149.484
Diferido	32.732	47.412
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	<u>155.940</u>	<u>196.896</u>
Alíquota fiscal efetiva total	<u>34,52%</u>	<u>34,21%</u>
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	27,27%	25,97%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	7,25%	8,24%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>IRPJ/CSLL</u>
Ativo		
Provisão contingências	83.287	42.795
Provisões diversas	47.101	36.076
Provisão perda ativos	8.280	6.640
Provisão perda ICMS	9.192	1.895
Passivo plano de saúde	863	887
Outros	113	123
Total ativo	<u>148.836</u>	<u>88.416</u>
Passivo		
Depreciação	230.874	205.038
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	105.427	96.425
Capitalização de juros	29.079	31.590
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	93.554	30.423
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	9.923	12.191
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.685	4.023
Outros	435	473
Total passivo	<u>472.977</u>	<u>380.163</u>
Total líquido	<u>324.141</u>	<u>291.747</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$472.977 referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado em 2015 foi de R\$20.224, perfazendo um saldo de R\$220.777 em dezembro de 2015.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2015	2014
Em 1º Janeiro	291.747	243.547
Provisão contingências	(40.492)	(5.361)
Provisões diversas	(11.025)	(18.267)
Provisão ganhos/perdas financeiras	-	(16.396)
Provisão plano de saúde	24	499
Provisão perda ativos	(1.640)	4.337
Provisão perda ICMS	(7.297)	2.717
Depreciação	25.836	41.403
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	9.002	6.560
Capitalização de juros	(2.511)	4.213
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	63.131	29.520
Ganho passivo atuarial plano de saúde	(338)	788
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(2.268)	(1.756)
Outros	(28)	(57)
Em 31 de Dezembro	324.141	291.747

23. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2015	2014
Provisões para contingências	23.1	244.961	125.868
Provisões para benefícios pós emprego	23.2	3.320	3.459
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)		6.214	3.686
Provisões para acidentes ferroviários		3.434	6.014
Outras provisões		18.289	11.589
		276.218	150.616
Circulante		23.488	24.383
Não circulante		252.730	126.233

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

23.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2013	71.493	38.048	559	110.100
Adições	29.975	2.560	-	32.535
Atualizações	1.385	632	478	2.495
Baixas	(12.763)	(5.462)	(1.037)	(19.262)
Em 31 de dezembro de 2014	90.090	35.778	-	125.868
Adições	29.271	37.376	108.379	175.026
Atualizações	4.578	2.421	-	6.999
Baixas	(57.284)	(5.648)	-	(62.932)
Em 31 de dezembro de 2015	66.655	69.927	108.379	244.961

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

		2015				
		Quantidade de ações	Valor envolvido	Provisão (*)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.454	176.421	66.655	(28.602)	38.053
Cíveis	(b)	1.060	399.171	69.927	(14.612)	55.315
Fiscais	(c)	148	400.436	108.379	(16.657)	91.722
Ambientais	(d)	9	637	-	(1.732)	(1.732)
Outras	(e)	3	-	-	-	-
		2.674	976.665	244.961	(61.603)	183.358

(*) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias e adicionais de periculosidade e insalubridade.

No ano de 2015, foi provisionado um total de R\$29.271. Deste total, R\$6.621 refere-se a três ações ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete - SINTEFCL, as quais versam sobre (i) diferença de adicional noturno e de horas extras; (ii) reclassificação da categoria, pagamento das horas de passe e de prontidão como se extras e; (iii) diferença de horas extras, e R\$1.141 se refere a uma ação ajuizada por dois reclamantes, que versa sobre o pagamento de horas extras excedentes.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As demais adições de provisão não ultrapassam, individualmente, o valor de R\$576.

Nesse período foram realizadas baixas de provisões no valor total de R\$57.284, sendo que, deste total, as principais são: (i) R\$29.294 referem-se a ajustes nos saldos das provisões decorrentes de mudanças nas estimativas; (ii) R\$5.465 são referentes à reversão de provisões não utilizadas em processos encerrados; (iii) R\$5.372 decorrem dos acordos celebrados em ações ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete (SINTEFCL), que versam, sobre diferença de horas extras e aplicabilidade do turno de 6 horas para maquinistas; (iv) R\$4.564 decorrem das perdas efetivas em processos encerrados; (v) R\$3.500 se deve a uma baixa na provisão de uma das ações ajuizadas pelo SINTEFCL, em função de decisão modificativa proferida por instância superior; (vi) R\$1.456 referem-se à mudança de prognóstico e ajustes decorrentes da adequação das provisões às decisões modificativas posteriormente proferidas; (vii) R\$1.000 decorre do pagamento de parcela do acordo celebrado em ação de execução de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) proposta pelo MPT/BH e (viii) R\$653 decorre de acordo celebrado em ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil (STEFZCB), que versa sobre monocondução.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.060 ações, onde atua como ré em 977 e como autora/confrontante/interessada em 83.

As ações em que a Companhia atua como ré, versam sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, a Ações Cíveis Públicas; e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

Do total de R\$37.376 adicionados no ano de 2015, relativos aos processos com prognóstico de perda provável, destacamos: R\$10.370 referente a cobrança de valores decorrentes do contrato de arrendamento com a RFFSA; R\$15.129 referente a Processo Arbitral com Ebate Construtora Ltda.; e R\$2.782 do processo referente a acidente ferroviário.

As ações em que a Companhia atua como autora/confrontante/interessada, versam sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse.

A baixa de provisão cível ocorrida no período foi de R\$5.648, sendo que, deste valor, R\$4.500 refere-se ao Procedimento Arbitral com a Construtora Terraço.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$1.000 por sinistro.

(c) Fiscais

Os processos fiscais em curso versam sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$108.379, está composta conforme a seguir:

- ICMS – Estado do Rio de Janeiro: o valor de R\$61.471 provisionado em 2015, refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- ICMS – Estado de São Paulo: o valor de R\$40.800 provisionado em 2015, refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- Mandado de Segurança para enquadramento nos benefícios do REPORTE: o valor de R\$6.108 provisionado em 2015, refere-se ao reconhecimento da aplicação dos benefícios do REPORTE à importação de locomotivas. O processo aguarda julgamento definitivo.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$105.476 em 2015 (R\$96.442 em 2014) referente a contingência, está composto conforme abaixo:

- ICMS – glosa por utilização de regime presumido para cálculo de ICMS na venda de sucatas: R\$566 em 2015 (R\$559 em 2014) refere-se às autuações realizadas pelo fisco de Minas Gerais por discordância na utilização do regime de crédito presumido conferido à Companhia para o recolhimento de ICMS decorrente da venda de sucatas. O processo aguarda julgamento definitivo.
- IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.: R\$20.470 em 2015 (R\$12.580 em 2014) refere-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança do IPTU sobre imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA. Tais demandas aguardam julgamento, pelo STF, de recurso extraordinário com reconhecimento de repercussão geral.
- PIS e COFINS sobre partilhas de fretes: R\$12.276 em 2015 (R\$11.441 em 2014), refere-se a diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- PIS e COFINS variação cambial: R\$28.352 em 2015 (R\$28.977 em 2014), refere-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo aguarda julgamento de apelação que julgou em favor da Companhia a exclusão de valores da base de cálculo da COFINS. Aguarda-se apreciação quanto ao PIS.
- Execução Fiscal – PIS e COFINS: R\$11.142 em 2015 (R\$12.287 em 2014), refere-se a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto de Certidões de Dívida Ativa, originadas de processos administrativos. A decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso.
- Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF: R\$20.930 em 2015 (R\$20.125 em 2014), refere-se à execução Fiscal contra a Companhia, relativa a 05 Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Prolatada sentença acolhendo o pleito da Companhia, aguarda-se o julgamento da apelação.
- Mandados de Segurança PIS/COFINS: Refere-se a mandados de segurança impetrados nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS importação fossem realizados sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro. O processo aguarda julgamento final das causas junto às instâncias recursais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- Manifestação de Inconformidade – CSLL: R\$468 em 2015 (R\$429 em 2014). A Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente o pedido de compensação de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL. A Companhia interpôs manifestação de inconformidade, que se encontra pendente de julgamento.
- Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa: R\$11.272 em 2015 (R\$10.044 em 2014), refere-se a cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia. Prolatado acórdão que reconheceu, parcialmente, a incorreção das multas aplicadas, aguarda-se o julgamento definitivo.

(d) Ambientais

O prognóstico de perda dos processos que versam sobre matéria ambiental é considerado 'possível' pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto objeto de provisão.

(e) Outras

A Companhia tem 3 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo um decorrente de matéria trabalhista, um de matéria cível e um de matéria ambiental. O TAC de matéria trabalhista visa garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional. O cível versa sobre a construção de passarelas e viadutos sobre a linha férrea, no município de Congonhas/MG. O TAC de matéria ambiental contempla os serviços de plantio e manutenção de muda de árvores nativas da mata atlântica em Juiz de Fora/MG. Para tais casos não foram constituídas provisões.

23.2 Provisões para benefícios pós emprego

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Plano de previdência complementar	66	89
Plano de assistência médica	<u>3.254</u>	<u>3.370</u>
	<u>3.320</u>	<u>3.459</u>

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$7.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$13.949 em 2014), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2015, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$66 (R\$89 em 2014), as quais foram devidamente provisionadas e estão registradas no passivo não circulante.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2015, o plano contava com 16.416 vidas na Bradesco Saúde e 575 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 16.991 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$28.231 em 31 de dezembro de 2015 (R\$27.086 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$3.254 (R\$3.370 em 2014), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	3.370	4.848
Despesa reconhecida no exercício	348	840
Ganho nas obrigações	(464)	(2.318)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	<u>3.254</u>	<u>3.370</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2015	2014
Passivo atuarial no início do exercício	3.370	4.848
Custo do serviço corrente	259	570
Juros sobre a obrigação atuarial	374	540
Benefício pago diretamente ao plano	(285)	(270)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	(464)	(2.318)
Passivo atuarial em 31 de dezembro	3.254	3.370

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2016
Custo do serviço corrente	198
Juros sobre as obrigações atuariais	411
Total da despesa a ser reconhecida	609

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	7,40% a.a.
Inflação de longo prazo	5,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,0% a.a.
Fator de envelhecimento	De 0 a 24 anos: 0,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 3% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

As hipóteses atuariais e econômicas alteradas na avaliação do exercício de 2015, quando comparadas com as utilizadas na avaliação de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a taxa real de desconto da obrigação atuarial, que segue o comportamento dos títulos do governo.

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Itaú Seguros. Em 2015, a Companhia contribuiu com R\$658 (R\$529 em 2014) com seguro de vida de seus funcionários.


Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

24. Patrimônio líquido
(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.392.974 (R\$1.275.558 em 2014), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes “A” e “B”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 18 de março de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$117.416 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2015, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,23%	63.377.198	18,65%
Congonhas Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	3.536.000	2,33%	29.338.872	8,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.700	19,26%	769.304	0,51%	37.040.004	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	0	0,00%	4.460.128	1,31%
Nacional Minérios S.A.	0	0,00%	34.000.000	22,42%	34.000.000	10,00%
Minoritários	20.007.529	10,62%	1.951.372	1,29%	21.958.901	6,46%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da Reserva Legal era de R\$225.345 (R\$210.555 em 2014).

(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015 foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários, no valor de R\$35.982, utilizando parte do saldo da reserva para investimento, os quais foram pagos em 29 de dezembro de 2015.

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$210.756, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.262.411 (R\$1.182.419 em 2014).

(e) Dividendo adicional proposto

Em 2014, a parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$53.973, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não foi registrada como passivo, porém foi aprovada na AGO de 28 de abril de 2015.

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
Em 31 de dezembro de 2013	9.514	(3.235)	6.279
Adições	2.318	(788)	1.530
Baixas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	11.832	(4.023)	7.809
Adições	464	-	464
Baixas	-	339	339
Em 31 de dezembro de 2015	12.296	(3.684)	8.612

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

25. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	295.798	378.761
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	0,83	1,07
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	0,92	1,17
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	0,92	1,17

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

26. Receita dos serviços prestados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de transporte	2.629.849	2.479.125
Partilha de fretes	106.456	95.836
Receitas acessórias de transporte	766.301	805.874
	<u>3.502.606</u>	<u>3.380.835</u>
<u>(-) Deduções sobre vendas</u>		
ICMS	(115.165)	(113.234)
COFINS	(145.700)	(139.940)
PIS	(31.632)	(30.381)
INSS (*)	(37.034)	(34.009)
ISS	(331)	(210)
	<u>(329.862)</u>	<u>(317.774)</u>
Receita líquida de serviços	<u>3.172.744</u>	<u>3.063.061</u>

(*) Lei 13.161/15 – Alteração das alíquotas incidentes na Desoneração da Folha de Pagamento – Em edição extra do Diário Oficial da União de 31/08/2015, divulgada em 01/09/2015, foi publicada a Lei nº 13.161/15 a qual, dentre outros assuntos, implementou alterações na legislação da desoneração da folha de pagamento (CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta). A partir de 1º de dezembro de 2015 a alíquota da Contribuição Previdenciária calculada sobre a Receita Bruta passou de 1,0% para 1,5%.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Despesas por natureza

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Combustíveis/lubrificantes	(533.027)	(511.426)
Depreciação/amortização	(515.408)	(447.457)
Mão-de-obra e encargos sociais	(387.122)	(361.525)
Custo da concessão/arrendamento	(272.950)	(255.690)
Serviços de terceiros	(186.874)	(189.308)
Insumos/outros materiais	(136.774)	(166.847)
Benefícios a empregados	(94.191)	(98.646)
Crédito presumido ICMS MG	73.359	75.418
Outros gastos com pessoal	(64.033)	(73.106)
Partilhas de fretes	(68.330)	(62.639)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.	(51.793)
Custos acessórios de transporte	(31.886)	(26.773)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(15.991)	(17.934)
Despesas com seguro	(11.910)	(8.555)
Honorários da administração	(3.617)	(3.700)
Outros	(63.129)	(88.897)
	<u>(2.311.883)</u>	<u>(2.288.878)</u>
Custo dos serviços prestados	(2.095.614)	(2.014.374)
Despesas com vendas	(10.322)	(61.971)
Despesas gerais e administrativas	(205.947)	(212.533)
	<u>(2.311.883)</u>	<u>(2.288.878)</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

28. Outras receitas e outras despesas operacionais

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Outras receitas operacionais</u>			
Receitas alternativas	(a)	40.345	39.046
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		24.598	38.258
Multas contratuais		61.847	77.494
Seguros		318	20.204
Prestação de serviços a terceiros		5.007	5.782
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes	(b)	2.320	15.252
Reversão de provisão para perda de ativos não circulantes	(c)	443	13.764
Ressarcimento de gastos com acidentes		9.407	-
Outras receitas		6.631	5.628
		<u>150.916</u>	<u>215.428</u>
<u>Outras despesas operacionais</u>			
Provisão para perda de créditos de ICMS	(d)	(21.460)	-
Provisão para perda de ativos circulantes		-	(8.275)
Provisão para perda de ativos não circulantes		(440)	-
Provisão para doação de ativos	14	(16.875)	-
Provisões para contingências	23.1	(118.330)	(15.003)
Outras provisões passivas		1.991	(8.631)
Perda tributos		(39.425)	(55.893)
Impostos sobre vendas		(14.764)	(17.724)
Demais despesas tributárias		(15.408)	(31.352)
Execuções por perdas processuais		(22.094)	(15.590)
Custo das receitas alternativas	(a)	(6.485)	(6.485)
Convênio com municípios		(5.431)	(8.239)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(753)	(9.033)
Custo prestação de serviços a terceiros		(3.009)	(6.943)
Doações		(1.036)	(1.712)
Baixa de ativo imobilizado		(8.135)	(15.961)
Ajuste/baixa de estoque		486	(5.788)
Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte)		(3.055)	(3.540)
Projeto empresa cidadã		(2.174)	(813)
Indenizações		(18.016)	(872)
Outras despesas		(16.636)	(11.806)
		<u>(311.049)</u>	<u>(223.660)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>(160.133)</u>	<u>(8.232)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (a) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas.
- (b) O valor de R\$2.320 refere-se a reversão da provisão para perda de estoques obsoletos e de baixo giro.
- (c) O valor de R\$443 refere-se a ajuste de provisão para perda de locomotivas e vagões em processo de substituição junto ao poder concedente.
- (d) O valor de R\$21.460 refere-se ao incremento de provisão para perda de créditos de ICMS.

29. Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Receitas financeiras		
Variação cambial e monetária	109.940	75.413
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	260.006	89.236
Rendimentos s/ aplicações financeiras	84.172	40.462
Juros	5.697	9.122
Outras receitas financeiras	1.816	3.422
	461.631	217.655
Despesas financeiras		
Variação cambial e monetária	(390.007)	(151.518)
Juros	(240.179)	(186.618)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	(71.396)	(61.535)
Outras despesas financeiras	(9.039)	(8.278)
	(710.621)	(407.949)
Resultado financeiro líquido	(248.990)	(190.294)

30. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus acionistas. A receita por cliente está assim representada:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Principais Clientes	2015	2014
Vale S.A.	1.607.675	1.479.022
Companhia Siderúrgica Nacional	673.489	660.754
Mineração Usiminas S.A.	104.031	178.384
Congonhas Minérios S.A.	39.174	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	117.858	98.920
Gerdau Açominas S.A.	81.203	85.285
Nacional Minérios S.A.	98.814	171.371
Ferrovias Centro Atlântica	31.725	21.792
Gerdau Aços Longos S.A.	18.194	19.384
CSN Cimentos S.A.	10.639	9.625
Gerdau S.A.	4.065	6.766
Outros	715.739	649.532
	3.502.606	3.380.835

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.

31. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	29 de dezembro de 2016	200.000	9.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2016	30.000	1.000
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2016	45.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

32. Eventos Subsequentes**Reunião do Conselho de Administração**

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2016, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$94.782 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Suspensão dos contratos de serviço de transporte ferroviário – partes relacionadas

Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. “MUSA” e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados.

O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546 perfazendo um total de R\$315.460. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$162.957 em janeiro de 2016.

Rebaixamento do *rating* pela agência de riscos Standard & Poors

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de avaliação de riscos Standard & Poors (“SP”), após ter realizado o rebaixamento do risco soberano do Brasil, rebaixou automaticamente o risco corporativo de diversas empresas brasileiras, por considerar que as mesmas sofrem diretamente a pressão do risco soberano e não podem permanecer com nota de risco superior ao da república. Dessa forma, o *rating* em Escala Nacional da MRS Logística S.A. passou de AA+ para AA-, com perspectiva negativa, o mesmo *rating* atribuído ao risco Soberano.

A MRS possui cláusulas de vencimento antecipado pactuadas em suas 5^a, 6^a e 7^a emissões de debêntures, dentre as quais, encontra-se a condição de não ocorrência, durante a vigência dos contratos, do rebaixamento de sua classificação de risco (*rating*) em 2 *notches* em relação ao *rating* na data de emissão das debêntures, fato ocorrido conforme mencionado acima. Dessa forma, foram convocadas Assembleias Gerais de Debenturistas – AGD para aprovar o não vencimento antecipado das debêntures expostas à cláusula supracitada, mediante proposta de pagamento pela MRS de um prêmio adicional (“*waiver fee*”) da 7^a emissão e do incremento na taxa de remuneração da 5^a e 6^a emissão, respectivamente. Referidas AGDs serão finalizadas no mês de abril de 2016.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente

Alejandro Daniel Laiño
Daniel dos Santos Junior
Fabio Costa Brasileiro da Silva
Guilherme Delgado de Oliveira
Luis Fernando Barbosa Martinez
Mauro de Paula
Patrícia Silva Rodrigues Schell
Rosana Passos de Pádua
Wilfred Theodoor Bruijn

Membros da Diretoria Executiva

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Claro Fleischhauer
Diretor de Engenharia e de Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio
Henrique Rocha Martins
Luiz Gustavo Bambini de Assis



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, de Operações e Comercial, Diretoria Executiva e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e
de Operações

Alexandre Fleischhauer
Diretor de Engenharia e
Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos e
Gestão

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de
Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio

Henrique Rocha Martins

Luiz Gustavo Bambini de Assis



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente, de Operações e Comercial, Diretoria Executiva e demais Diretores da MRS Logística S.A., sociedade por ações de capital aberto, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da MRS Logística S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016

Guilherme Segalla de Mello
Diretor Presidente, Comercial e
de Operações

Alexandre Fleischhauer
Diretor de Engenharia e
Manutenção

Félix Lopez Cid
Diretor de Recursos Humanos e
Gestão

Fabírcia Gomes de Souza
Diretora de Finanças e de
Desenvolvimento

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Daniel Dias Olivio

Henrique Rocha Martins

Luiz Gustavo Bambini de Assis

**Orçamento de capital****Exercício de 2016**

Aos
Acionistas da
MRS Logística S/A

Apresentamos a seguir a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2016, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2016, bem como a realização do Orçamento de Capital de 2015.

Retenção de lucros:

A Administração propôs a retenção dos lucros remanescentes em reserva de expansão/investimentos no valor de R\$210.756 mil, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia.

Orçamento de capital:

O orçamento de capital será financiado pelos lucros retidos no exercício de 2015 e pelos recursos decorrentes da atividade de financiamento de 2016.

Com relação aos projetos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2015, foram realizados 98,9% dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Investimentos	Orçado 2015	Realizado 2015	Realizado (-) Orçado (*)
Material rodante (locomotivas e vagões) ¹	346.331	347.132	(801)
Via permanente ²	316.886	322.192	(5.306)
Sistemas de eletroeletrônica	89.093	88.290	803
Programa SMS ³	34.135	22.717	11.418
Oficinas	7.534	2.252	5.282
Diversos	51.777	54.042	(2.265)
Total	845.756	836.625	9.131

1. Investimentos em aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante
2. Investimentos em expansão, confiabilidade de infra e modernização de via permanente
3. Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho

(*) Considera adequações do portfólio aos novos cenários de negócio da Companhia. O montante de R\$9.131 não realizados do Orçamento de Investimentos da Companhia em 2015 foi postergado e incorporado ao Orçamento 2016, em virtude do alongamento do cronograma de projetos.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 23 de março de 2016, os Conselheiros deliberaram propor em Assembléia Geral de Acionistas, a retenção de R\$210.756 mil correspondente a 75% dos lucros do exercício de 2015, após constituição da reserva legal, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2016.

**Orçamento de capital****Exercício de 2016**

O orçamento de capital para o exercício de 2016 está composto pelas seguintes fontes de recursos:

	Em milhares de Reais
Fontes de recursos	
Caixa	<u>176.912</u>
(+) Caixa e equivalentes de caixa	627.625
(-) Amortizações previstas	(450.713)
Geração operacional líquida	364.116
Captações 2016	<u>70.000</u>
Total das fontes de recursos	<u><u>611.028</u></u>

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2016 (incluindo os valores não realizados em 2015 e transferidos para este exercício):

Investimentos	Orçado 2016
Material rodante (locomotivas e vagões) ¹	152.065
Via permanente ²	352.245
Sistemas de eletroeletrônica	58.454
Programa SMS ³	20.548
Oficinas	1.503
Diversos	<u>26.213</u>
	<u><u>611.028</u></u>

1. Investimentos em aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante
2. Investimentos em expansão, confiabilidade de infra e modernização de via permanente
3. Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016

A diretoria